Estudos Moçambicanos 20 (2002): 41-90

Da Paz Negativa à Paz Positiva: Uma Perspectiva Histórica sobre o Papel das Forças Armadas Moçambicanas num Contexto de Segurança em Transformação

João Paulo Borges Coelho
Departamento de História
Universidade Eduardo Mondlane

Paulino Macaringue
Programa de Gestão da Defesa

Este artigo pretende trazer uma perspectiva histórica para a discussão sobre o papel das forças armadas como actoras no processo da edificação da paz em Moçambique. Ele parte de um ponto de vista de edificação da paz mais abrangente que a mera operação de assegurar a paz em situações de pós-conflito, sugerindo um quadro mais amplo que envolve vários actores e factores que concorrem para o desenvolvimento e consolidação dessa paz.

O fim das guerras envolve transições iniciais curtas, nas quais actores externos desempenham normalmente papéis importantes, como factores de garantia da manutenção da paz. Tais transições são seguidas por processos mais longos nos quais a paz, embora possa não estar necessariamente em risco directo, é exposta a desafios ainda mais profundos que os do período anterior. Nesta fase os actores internos passam a desempenhar um papel primordial como construtores e garantes últimos da verdadeira paz.

As forças armadas constituem um desses principais actores internos, e detendo o monopólio do uso legal da violência no interior do país, jogam um papel central que tanto pode ser de desestabilizadores como de agentes de consolidação da paz, sendo por isso que merecedoras de uma atenção especial.

Iniciaremos a discussão dos factores históricos que influenciaram o processo da edificação das forças armadas moçambicanas – as FADM – considerando a "herança" da luta de libertação, as profundas transformações produzidas pela independência, e o conflito interno que se seguiu a esse período. Incidiremos, em particular, no papel desempenhado pelos militares e na relação que estes desenvolveram com a sociedade. Com efeito, as FADM de hoje são tanto produto daquele passado histórico como do entendimento político de 1992 e das definições por ele estabelecidas.

Assim, analisaremos as actuais FADM, discutindo alguns dos dilemas que Moçambique enfrenta na edificação da sua nova força e na definição do seu papel nacional e regional. Enquadraremos a abordagem no esforço em curso que visa a edificação de uma arquitectura de segurança regional, procurando discutir qual o papel reservado ao nosso país nesse processo. Finalmente, olharemos mais especificamente para o papel que as FADM devem jogar no novo quadro, que tem menos a ver com a segurança como conceito militar rígido, e está mais virado ao desenvolvimento e consolidação da paz tanto no interior das fronteiras nacionais como em toda a região, com incidência no bem-estar dos cidadãos – a dimensão humana e primordial.

1. Factores Históricos na Edificação das FADM

a) A luta de libertação como origem das forças armadas moçambicanas

As forças armadas de Moçambique localizam a sua origem na luta de libertação contra a ocupação colonial, que conduziu à independência do país. Esta luta teve lugar no quadro de um processo de alguma maneira distinto da maioria dos países na região. Enquanto que no caso destes últimos a independência teve lugar mais cedo, na década de sessenta (com algumas excepções), e se baseou geralmente numa transferência mais ou menos pacífica de poderes, a independência de Moçambique resultou de uma luta intensa, que resultou num corte radical com o poder colonial, operado em 1975.

Este factor significou que enquanto que em outros países africanos independentes o aparelho colonial influenciou, em graus variados, a construção das novas forças independentes, no caso de Moçambique as forças armadas podem reclamar uma história "mais autónoma", como veremos adiante.

O processo de edificação do exército moçambicano pode ser descrito como remontando ao início da década de 1960, quando a *Frente de Libertação de Moçambique*, ou Frelimo, decidiu, no seu I Congresso, em Junho de 1962, que face à intransigência das autoridades portuguesas em discutir um acordo negociado, a luta armada constituía a única forma de derrotar o regime colonial e de assegurar a conquista da independência.[1] Com esse objectivo, o Congresso decidiu, entre outras resoluções, criar um Departamento de Organização do Interior (DOI) que mobilizaria politicamente a população e criaria condições logísticas, no interior do país, para apoio à luta armada, assim como um Departamento de Segurança e Defesa (DSD) para coordenar a actividade militar.

Cedo esta decisão foi acompanhada de passos concretos para o estabelecimento de uma força militar, através do envio de recrutas nacionalistas para países amigos, para treino militar. No decorrer de 1963, a Argélia acolheu três grupos de moçambicanos para receberem treino de guerrilha; no seu regresso, estes estabeleceram os primeiros campos da Frelimo na Tanzania, nomeadamente em Bagamoyo em 1963, e em Kongwa em 1964. Pouco depois, a China começou a enviar instrutores militares para esses campos, enquanto que a União Soviética também acolhia grupos de recrutas moçambicanos. Ao mesmo tempo, o Gana, o Egipto e Israel também forneceram ajuda militar e em formação de quadros.

Em resultado desses esforços, em 1964 foi desencadeada a luta de libertação por um pequeno exército nacionalista de 250 guerrilheiros. Por volta de 1967 este número havia crescido rapidamente para chegar a

---

[1]As actividades do Congresso foram sintetizadas em Mondlane (1977: 131-133) como "consolidação [da unidade] e mobilização; preparação para a guerra, educação [dos quadros] e diplomacia [de forma a conquistar o apoio internacional]."

quase 8 000,[2] em grande medida devido ao recrutamento local em áreas ao alcance dos nacionalistas assim como no seio de moçambicanos refugiados em países vizinhos.

O fortalecimento do movimento de guerrilha, assim como a lenta reacção das forças coloniais – que em muitos aspectos foram apanhadas de surpresa – permitiram que o movimento alcançasse algumas vitórias importantes e penetrasse profundamente nas províncias setentrionais de Cabo Delgado e Niassa.

Todavia, apesar deste rápido crescimento e dos avanços substanciais da guerrilha no território, desenvolveram-se profundos conflitos no interior do movimento relativamente à natureza do projecto de libertação e à forma de conquistar esta última. Tais conflitos estavam intimamente relacionados com questões militares e ideológicas, num processo que ficou conhecido na história oficial da Frelimo como "a luta entre as duas linhas". A primeira dessas linhas defendia a perspectiva de um rápido avanço militar que deveria incluir ataques a cidades importantes e a quartéis das forças militares coloniais. Esta estratégia foi considerada como ligada à visão estreita de alguns "chairmen" locais, de confinar o esforço de libertação apenas às suas zonas, reflectindo em última instância o objectivo de substituir meramente o colonialismo por uma nova elite africana local.[3]

Os desenvolvimentos militares de 1966 e 1967 não davam azo a grande optimismo: as linhas de apoio logístico estavam distendidas ao máximo e o rápido avanço para sul expunha as primeiras vulnerabilidades militares dos guerrilheiros, particularmente a sul do Niassa e na Zambézia. Ao mesmo tempo, tinham lugar as primeiras acções consequentes de contra-insurgência por parte das forças

---

[2]Ver Mondlane (1977: 152-153). Segundo a mesma fonte, o movimento tinha 8.000 guerrilheiros em 1967, número que coincide com as estimativas das autoridades militares coloniais. Ver, a este respeito, Borges Coelho 1993: 176.

[3]Segundo fontes da Frelimo, os seus campos de treino na Tanzania, particularmente Kongwa, já haviam sido palco de agudos conflitos internos e discussões, antes que uma estreita perspectiva baseada na raça e na etnia pudesse ser derrotada por princípios revolucionários. Foi portanto nestes campos que os "reaccionários" começaram a ser ameaçados e que o conceito de *guerra popular* começou a surgir.

coloniais. O apoio popular não era um dado de partida, necessitando antes de ser conquistado por meio de mobilização política e do desenvolvimento de uma perspectiva revolucionária.

Neste contexto, a linha revolucionária, que associava intimamente a guerra e a revolução, começou a reforçar-se na luta contra os conservadores, particularmente no seio dos militares do movimento. Controlando as armas e beneficiando de uma relação privilegiada com as comunidades nas frentes de guerra no interior do país, ela tornou-se cada vez mais capaz de desafiar a velha facção tradicionalista. Após uma longa e dura batalha, o conflito parece ter sido solucionado durante o II Congresso da Frelimo, realizado em Julho de 1968, que adoptou a guerra popular e prolongada como estratégia da Frelimo para chegar à vitória.

Se o I Congresso havia definido a guerra de guerrilhas quando, após várias tentativas de negociação, se tinha tornado claro que Portugal jamais concederia a independência por meios pacíficos, o II Congresso abriu caminho para a resolução das disputas internas. Ele deixou claro que a luta do movimento era contra todas as formas de exploração, e não simplesmente pela conquista da independência.

A partir de 1968, a luta de libertação em Moçambique pode, assim, ser caracterizada como um conflito paradigmático entre uma guerrilha popular e revolucionária por um lado, e uma campanha colonial de contra-insurgência por outro, num cenário fortemente permeado por influências internacionais, tanto globais, no contexto da Guerra Fria, como regionais, à medida em que se assistiu à crescente participação dos "Estados Brancos" da África Austral, nomeadamente a África do Sul e a Rodésia. Enquanto que Portugal conseguiu mobilizar estas forças para o seu lado, assim como as potências ocidentais em geral, os nacionalistas aproximaram-se da órbita sino-soviética, onde se localizavam as suas principais fontes de apoio.

A guerra revolucionária também trouxe uma estreita intimidade entre os guerrilheiros e a população camponesa. Esta ajudou a manter aqueles no terreno, fornecendo-lhes alimentos e abrigo, transportando armamento, participando na recolha de informações e em operações de sabotagem e, por fim, constituindo-se como fonte de recrutamento que alimentava as fileiras dos guerrilheiros. Quanto a estes, para além da actividade militar, conseguiram conquistar um estatuto particular

junto das populações, através do estabelecimento de zonas libertadas que deveriam funcionar como sociedade alternativa defendida das injustiças da ordem colonial.

A forte autoridade da linha revolucionária, resultante de factores políticos e da íntima ligação com a população, reforçou a inquestionável eficiência militar dos guerrilheiros, permitindo que o movimento detivesse a iniciativa militar durante quase toda a guerra. O conflito foi duro, em termos militares. Em 1970, os portugueses desencadearam a operação Nó Górdio, um grande esforço militar localizado na província setentrional de Cabo Delgado, que visava a destruição das bases da guerrilha através de pesados bombardeamentos seguidos de assaltos levados a cabo por forças especiais, e de recuperação de populações. Enfraquecidos em Cabo Delgado em consequência desta operação, os nacionalistas conseguiram retomar a iniciativa na província de Tete, avançando rapidamente para o centro do país e neutralizando assim o esforço colonial.

Entre 1972 e 1974, os portugueses, seguindo princípios clássicos de contra-insurgência, intensificaram aquilo que ficou conhecido como a "africanização" das suas forças. A razão deste esforço estava também nas dificuldades crescentes em fornecer soldados para as cada vez mais difíceis frentes da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. No caso de Moçambique, este processo levou à incorporação de um grande número de moçambicanos nas unidades militares existentes, assim como em novas unidades especiais criadas, nomeadamente os Grupos Especiais (GEs), os Grupos Especiais Pára-Quedistas (GEPs) e, no final da guerra, os Flechas, tropa especial da Pide, a polícia política do regime. Estas unidades, criadas muitas vezes numa base étnica e operando principalmente no centro do país (a zona mais ameaçada na fase final da guerra), em associação com os Guardas Rurais e as milícias dos aldeamentos, totalizaram mais de 30.000 homens (Borges Coelho 1993: 192-194). Representam, assim, uma profunda "internalização" do conflito colonial, com consequências que discutiremos adiante.

O desenvolvimento da luta de libertação não só levou ao reforço dos das duas forças contendoras – a colonial e a nacionalista – mas também a um crescente esforço da Frelimo para criar um Estado alternativo nas remotas regiões setentrionais – as chamadas zonas libertadas – com estruturas de comércio, saúde e educação. Tais serviços, dirigidos pelos

guerrilheiros, eram considerados como a base do futuro Estado independente, a ser criado após a independência, altura em que se espalhariam a todo o país. Elas podem ser encaradas como a base da estreita relação entre o Estado e as forças armadas, que viria a ser adoptada mesmo depois da independência.

b) A independência e a criação das forças regulares

Em 25 de Abril de 1974, revoltados com a degeneração da situação político-militar, um grupo de oficiais portugueses com representantes nas colónias, levou a cabo um golpe militar para derrubar o regime colonial fascista. O golpe apanhou de surpresa não só as autoridades portuguesas mas, também, a Frelimo e os regimes brancos da África Austral. Apesar das suas importantes vitórias militares, sobretudo no centro do país, os nacionalistas estavam longe de prever um colapso súbito do regime colonial.

Esta mudança radical na situação política e militar abriu caminho para o fim das hostilidades. Foi seguida de negociações que tiveram lugar em Lusaka e culminaram num acordo conducente à independência do país. A independência foi precedida de um período de transição de nove meses em que a Frelimo assumiu o controlo de um governo de transição no qual, para além do primeiro-ministro, estava representada por nove ministros.

A transição trouxe mudanças rápidas e profundas. No ano que se seguiu, milhares de portugueses deixaram o país, incapazes de enfrentar uma situação de perda de privilégios ou abalados com as incertezas do futuro. Eles constituíam a maioria da mão-de-obra qualificada num território onde praticamente nada havia sido feito para educar a larga maioria da população. Este êxodo teve, inevitavelmente, um impacto profundamente negativo na economia em geral, e nas estruturas do Estado em particular.

Quando os nacionalistas avançaram para Sul para ocupar o espaço deixado vago pela retirada das autoridades portuguesas, eles encaravam as cidades, e o "Sul" em geral, com grande desconfiança, considerando-o como uma região submetida até ao fim aos vícios do colonialismo, longe portanto do processo de purificação representado pela luta de libertação.

Enquanto durou a transição, a forças guerrilheiras usufruíram da glória da vitória. Aplaudidas pela população, participaram em operações conjuntas com os restos do exército português para derrotar tentativas de última hora, levadas a cabo por grupos coloniais de extrema-direita, para tomar o poder, assim como se envolveram em operações policiais no interior das cidades. Repentinamente desprovidas da missão libertadora que tinham tido até então, e à espera da redefinição do seu papel, elas permaneceram, porém, basicamente, nos seus novos quartéis.

A independência ocorreu no quadro de um ambiente internacional complexo, ditado pela ampla clivagem da Guerra Fria, combinando algum optimismo (a própria vitória da Frelimo após uma década de guerra, ou a derrocada norte-americana no Vietname), com um clima regional tenso no qual a Frelimo cria ter responsabilidades na libertação do resto do sub-continente da dominação da África do Sul e da Rodésia. Consequentemente, o novo regime esperava ofensivas agressivas por parte destes dois Estados. Essa expectativa incluía não só a possibilidade de uma agressão militar directa mas, também, a infiltração de elementos "fantoches" – o chamado "inimigo interno".

Uma tal leitura da situação era reforçada pela própria experiência da Frelimo, obtida no decorrer da luta armada, de ter que lutar contra "inimigos internos" para poder implantar o projecto revolucionário. Entre outros efeitos, esta perspectiva criou um sentido agudo de "pureza" no seio das suas forças, baseado numa estreita intimidade entre o partido e as forças de defesa: servir no exército tornou-se a mais elevada garantia de confiança política.

Em resultado, e apesar da forte receptividade com que os guerrilheiros foram recebidos pela vasta maioria da população, a sua estrutura permaneceu relativamente fechada. Enquanto surgiam novos organismos, como os grupos dinamizadores,[4] como primeiro passo para integrar novos aderentes e alargar a base de apoio, após a independência os guerrilheiros permaneciam sob a autoridade da Frelimo e não do governo. Tal acontecia para que a Frelimo continuasse a ser a base dos quadros políticos. Ao mesmo tempo, a

---

[4]Comités populares criados pela Frelimo nos locais de trabalho e residência.

estrutura de defesa manteve um papel importante no Comissariado Político Nacional para assegurar que a política permanecesse "no posto de comando".

Escassos dias após a independência do país, foi feita uma primeira tentativa para definir a filosofia da nova força de defesa nacional na IV Conferência do Departamento de Defesa, realizada entre 25 de Julho e 4 de Agosto de 1975. A Conferência decidiu que o novo exército seria formado a partir da força de guerrilha de 10.000 homens que tinha feito a luta de libertação, para que a confiança política estivesse garantida.

Contudo, a fraca quantidade de guerrilheiros disponíveis, assim como a sua baixa formação, cedo revelaram os limites da estratégia do Departamento de Defesa de construir um exército regular na base do grupo de combatentes existente. Foram feitas tentativas para envolver países amigos no desenvolvimento, treino e equipamento da nova força, entre eles a Tanzania, a Zâmbia, a Nigéria, o Congo e, particularmente, a China. Entretanto, as necessidades de defesa de Moçambique aumentaram a partir de Março de 1976, quando o país começou a implementar as sanções mandatórias das Nações Unidas contra a Rodésia. Esta atitude fez subir o nível de antagonismo entre os dois países até à confrontação directa, e criou exigências militares que estavam muito para além do que aqueles países amigos podiam satisfazer.

A transformação da força de guerrilha num exército regular capaz de desempenhar o seu papel rapidamente e com eficiência, mostrou-se difícil por duas razões. Primeiro, devido à pressão regional esmagadora representada pela possibilidade de uma invasão sul-africana e pelas incursões rodesianas de facto. Em segundo lugar, por "leituras erróneas" levadas a cabo pelo novo regime, particularmente pela sua atitude hostil contra milhares de moçambicanos que haviam servido nas forças coloniais, assim como pelo facto de ter sobrestimado o envolvimento dos países socialistas ao lado das forças de libertação, na arena regional.[5]

---

[5]De facto, a vontade e a capacidade dos países da Europa Oriental de apoiarem a frente da África Austral não eram provavelmente tão fortes quanto isso. O empenho noutras regiões, nomeadamente em Cuba, Vietname

A marginalização dos moçambicanos que haviam servido nas forças coloniais teve duas grandes implicações.[6] Por um lado, "produziu" um elevado número de militares treinados com dificuldades de regressar a uma vida civil normal no novo contexto. Muitos deles, temendo ser capturados ou movidos por sentimentos de frustração e vingança, atravessaram assim a fronteira para oferecer os seus serviços à Rodésia, passando a agir contra o novo Moçambique.[7] Por outro lado, tal marginalização retirou ao país muitos cidadãos preparados que poderiam ter desempenhado um papel de relevo no desenvolvimento de um novo exército regular.[8]

Neste período a Rodésia começou a realizar operações militares no interior de Moçambique, atacando bases de guerrilha da ZANU (e a população moçambicana que estava em volta delas), assim como alvos económicos. Particularmente afectadas foram as províncias fronteiriças de Tete, Manica e Gaza. Mas mais devastadora que esses ataques, a médio prazo, foi a formação do MNR por parte da CIO rodesiana.

Durante esta altura o confronto era apenas entre Moçambique e a Rodésia, representando ainda o MNR um papel secundário, auxiliando os ataques rodesianos e difundindo propaganda anti-governamental

---

e Afganistão parece ter sido estrategicamente mais importante para eles nessa altura.

[6]Os moçambicanos que haviam servido no exército colonial eram à volta de 30.000, ou seja, cerca de três vezes mais que o número de guerrilheiros nacionalistas. Segundo Macaringue (1998: 40-41), "os registos revelam que durante as negociações os portugueses propuseram que todos os moçambicanos do exército colonial deviam ser integrados no novo exército após a independência. A Frelimo rejeitou a proposta, alegando que eles faziam parte da máquina colonial que tinha que ser desmantelada".

[7]Pouco tempo antes, muitos desses moçambicanos haviam participado em operações conjuntas portuguesas-rodesianas. Flower, o chefe da CIO rodesiana, refere o recrutamento de unidades operacionais. Ver Flower 1987: 262.

[8]Angola representa um bom exemplo contrastante, uma vez que muitos angolanos que haviam servido no exército colonial foram recrutados para o novo exército nacional, por razões complexas que incluem o facto do MPLA ter, na altura, uma força militar relativamente fraca no contexto das confrontações internas e, em 1975, da África do Sul ter invadido o país. Ver, a este respeito, Macaringue 1997: 64.

através da rádio "Voz da África Livre". Nesta altura a África do Sul representava também um papel recuado, limitado a relações económicas hostis – cortando no número de trabalhadores moçambicanos migrantes nas minas, suspendendo os acordos relativos ao pagamento diferido dos seus salários, que vinham do tempo colonial, e reduzindo o volume das suas exportações através da linha férrea e do porto de Maputo – e à colaboração relativamente discreta com o esforço de guerra rodesiano.

Moçambique tinha na altura apenas dois batalhões regulares treinados na Tanzania e alguns pelotões parte do novo batalhão "Nova Vida", formado à pressa na Zâmbia para fazer frente aos ataques rodesianos. Ao mesmo tempo, chegavam a Boane, nos arredores de Maputo, instrutores militares chineses transferidos de Nachingweia para orientarem um curso (designado "25 de Setembro"), com o objectivo de transformar os comandantes da guerrilha nos primeiros oficiais do novo exército regular.

Face a esta crise de quadros e organização militar, as autoridades moçambicanas solicitaram apoio à União Soviética. Seguiram-se delicadas negociações nas quais os soviéticos consideraram que, como condição quase *sine qua non* para que chegassem a bom termo, era necessária uma orientação socialista mais clara por parte de Moçambique.[9]

---

[9]Em Maio de 1976 foi enviada uma delegação de alto nível, chefiada por Alberto Chipande, então ministro da defesa, para negociar com os soviéticos o apoio de base à formação do novo exército, após a China ter revelado indisponibilidade para um envolvimento dessa envergadura. Segundo Chipande, o Marechal Grechko, ministro soviético da defesa, questionou abertamente a delegação sobre a inclinação comunista dos seus membros, e a delegação teve que oferecer garantias de empenho para o desenvolvimento de um projecto socialista em Moçambique. O ministro soviético referiu-se a exemplos como o Egipto, que havia recebido apoio mas abandonara posteriormente o seu projecto socialista. Grechko mostrou-se, na altura, pouco inclinado à concessão do apoio. No mesmo dia, por ironia do destino, Grechko faleceu e a delegação moçambicana foi informada com surpresa, durante o funeral, que a União Soviética responderia favoravelmente à solicitação moçambicana; esta solicitação havia sido apresentada considerando a "necessidade de apoio imediato para a construção de um exército regular capaz de enfrentar a agressão externa em todo o território nacional". Ver Macaringue 1997: 77-79.

No III Congresso da Frelimo, em Fevereiro de 1977, a frente de libertação foi transformada em partido marxista-leninista. No mês seguinte foi assinado um Tratado de Amizade e Cooperação entre Moçambique e a União Soviética, com a duração de vinte anos. Imediatamente a seguir, começaram a ser transferidas quantidades significativas de equipamento militar soviético, incluindo sistemas de artilharia, radar, veículos blindados e tanques.[10] Ao mesmo tempo eram iniciados cursos com instrutores soviéticos em Moçambique e na União Soviética.

Entre 1977 e 1980, quadros do novo exército frequentaram cursos não só na União Soviética mas, também, em Cuba, Bulgária, Hungria e República Democrática Alemã, e ainda em Boane e Nampula, no país. Era necessária uma nova fonte de recursos humanos, para além dos guerrilheiros, que alimentasse a estrutura. Da mesma maneira, esta nova fonte não podia ser formada apenas por voluntários, quantitativa e qualitativamente insuficientes. O governo decidiu, na altura, o estabelecimento de um exército composto por cinco brigadas de infantaria, uma das quais de tanques, e algumas unidades de artilharia pesada (Macaringue 1998: 46). Para tal eram necessários mais quadros, com melhores bases e maior capacidade de especialização.

A educação, que até então constituía a primeira prioridade, foi complementada pelo "apelo para a defesa da pátria". Em Março de 1977, parte dos 600 estudantes secundários que interromperam os seus estudos por decisão do governo, foram enviados para a União Soviética e China, para serem treinados em diversas especialidades. Grande parte deles frequentaram cursos especiais para a criação da nova força aérea e da marinha.

Em 1978 foi instituído o serviço militar obrigatório, abrindo uma nova fase na qual o velho sistema revolucionário de mobilização para a luta pela libertação do país foi definitivamente substituído pela obrigação de defender a nação. Em consequência, por volta de 1980 a antiga força guerrilheira de 10.000 homens não só se tinha

---

[10]Ver Macaringue 1997: 79. Indubitavelmente que o Tratado fez parte dos argumentos utilizados pela África do Sul para pressionar no sentido de um maior envolvimento norte-americano na região, integrando mais firmemente o conflito regional no contexto mais abrangente da Guerra Fria.

transformado como havia sido aumentada para cerca de 70.000 homens.[11]

No mesmo ano, a força aérea, treinada com apoio soviético, estava já dotada de aviões de carga AN-26 e helicópteros MI-8, e entre 1980 e 1982, de aparelhos de Mig-17, e, mais tarde, Mig-21, assim como de uma pequena força naval.

O conjunto de acções até então encetadas levou as autoridades considerarem por essa altura que as Forças Armadas de Moçambique, regulares, estavam já formadas e operacionais.

c) O conflito armado e o seu impacto nas FAM

A análise das ameaças levada a cabo pelo novo regime moçambicano em 1975, que levantava a forte possibilidade de um ataque convencional por parte de vizinhos hostis, revelou-se correcta uma vez que a Rodésia realizou incursões militares convencionais dentro do país. Como já referimos, essa análise também teve um papel importante no tipo de alianças que a Frelimo estabeleceu na altura. Em particular, significou uma alteração na tradição de neutralidade no conflito sino-soviético. Após 1977, a Frelimo aproximou-se da União Soviética no pressuposto que esta era a única potência capaz de prestar a assistência geral e especial necessária para a construção de um novo exército praticamente a partir do nada.[12]

Os resultados desta opção pareciam, na altura, promissores. A independência do Zimbabwe, em 1980, trouxe a Moçambique importantes ganhos diplomáticos pela importância do papel que o país

---

[11]Segundo um dos autores, incorporado nas forças armadas nesta altura. Outras fontes consideram números muito mais reduzidos, como por exemplo Young (1996: 6), com 30.000, ou Berman (1996: 31), citando International Institute for Strategic Studies, *The Military Balance 1990-1991*, que refere 20.000 em 1977.

[12]Moçambique ainda tentou manter alguma equidistância a este respeito, nomeadamente enviando um grupo para ser treinado na China, chefiado por Joaquim Munhepe. Todavia, o facto é que a partir desta altura as relações militares com a União Soviética e com os países da Europa Oriental foram claramente privilegiadas.

jogou, e que foi reconhecido por muitos, incluindo a própria Grã-Bretanha de Margaret Thatcher.

Por outro lado, do ponto de vista operacional, o MNR estava notoriamente em desvantagem. Desprovido agora do apoio da Rodésia, o movimento sofreu sérios reveses quando, em Fevereiro de 1980, viu assaltado o seu quartel-general da Gorongosa, e em Junho do mesmo ano, outras bases importantes nas regiões montanhosas de Sitatonga e Garágua.

Seria a estratégia expansionista do regime racista da África do Sul que viria a tornar possível que os grupos dispersos do MNR se reagrupassem e prosseguissem as suas acções com base do território sul-africano.[13] Foi esta visão sul-africana representada pela "estratégia total", concebida por volta de 1977 e tornada oficial a partir de finais do ano seguinte, quando P. W. Botha se tornou primeiro-ministro, e que priorizava o assegurar a luta contra um alegado complot pró-comunista na região, que veio influenciar o curso dos acontecimentos.

Tratou-se de um período em que os militares se tornaram predominantes na relação entre a África do Sul e os seus vizinhos. Relativamente a Moçambique, esta situação traduziu-se num apoio maciço ao MNR e às suas operações encobertas.

Em 1980, na altura da independência do Zimbabwe, uma reorganização territorial dos militares moçambicanos levou ao estabelecimento de um comando regional na região central. O seu quartel-general localizava-se na Beira e o seu objectivo, no contexto eufórico daquilo que parecia ser uma vitória das forças anti-*apartheid* em Moçambique e em toda a região, era eliminar completa e definitivamente os restos da guerrilha da Renamo.[14]

---

[13]Ver, entre outros, Martin e Johnson (eds.) 1986: 11-15.

[14]Alguns autores talvez tenham interpretado mal a reorganização militar de 1980. Berman (1996: 32), por exemplo, escreve que as FAM estavam organizadas em três comandos, no norte, centro e sul, em resultado do "inesperado ressurgimento das actividades da Renamo em 1980", não só negligenciando o facto da fraqueza estrutural da Renamo em 1980, mas também presumindo o estabelecimento de comandos regionais que nunca existiram (os de norte e sul), na base da existência do comando da região centro.

Em 1981 o exército moçambicano estava transformado numa força completamente convencional em resultado da íntima colaboração da União Soviética. Nesse mesmo ano, a África do Sul relançou a Renamo no interior de Moçambique, naquilo que já não era apenas uma agressão convencional mas, antes, uma guerra de guerrilhas. Apesar das intenções da Renamo de retomar as suas operações nas zonas centrais do país, como se pode ver pelo rápido estabelecimento de bases operacionais a noroeste da província de Gaza, a África do Sul exerceu forte pressão para a abertura de uma frente sul.

O sul tornou-se assim uma área privilegiada de operações da Renamo neste "período sul-africano" da Guerra, tal como o centro havia sido área privilegiada durante o "período rodesiano". Além disso, o apoio sul-africano era imensamente superior àquele que os rodesianos haviam prestado. Incluía um treino muito mais eficiente das forças-satélite e lançamentos nocturnos de abastecimentos a partir de meios aéreos, que as FAM não conseguiam contrariar. É parcialmente por esta razão que a Renamo se conseguiu expandir rapidamente ao longo das províncias de Gaza e Inhambane a partir de inícios de 1981. Nos dois anos que se seguiram, em resultado deste apoio maciço e de uma resposta militar pouco adequada por parte do governo, a Renamo alargou a sua acção de guerrilha virtualmente a todo o país, com excepção da província setentrional de Cabo Delgado, onde se infiltrou mais tarde.

Em 1982, o governo concluiu que a reorganização militar de 1980 não se adequava à nova situação militar. Consequentemente, teve lugar uma nova reorganização das forças armadas, que levou à criação de dez comandos militares provinciais semi-autónomos. Os respectivos comandantes vinham em segundo lugar na ordem hierárquica da estrutura política e administrativa provincial, como parte das medidas destinadas a tornar o esforço de guerra mais coeso nas províncias. Além disso, considerava-se que a introdução de comandos provinciais libertaria as tropas regulares da tarefa de protecção dos objectivos económicos e da população, reservando-as para a luta contra os guerrilheiros, além de resolverem parte do problema ao atenuarem a pressão sobre o esquema central de logística e planeamento.

Paralelamente, as brigadas militares distribuídas pelo país deveriam retomar as suas missões regulares.[15]

Tal processo de descentralização era também visto como forma de retorno a alguns princípios básicos subjacentes ao antigo exército popular, relegados para o passado da luta pela independência e pelo surgimento do exército regular. Em particular, o serviço militar obrigatório que havia sido introduzido em 1978 foi substituído por um "chamamento patriótico",[16] na tentativa de melhorar a eficiência militar ao nível local através de um aumento de efectivos e de um maior enraizamento ao cenário provincial. Contudo, não só o aumento foi

---

[15]A brigada era concebida como uma unidade autónoma e flexível, capaz de levar a cabo uma poderosa acção de combate sempre que e onde os planos o determinassem. Era formada teoricamente por uma companhia de comando, uma companhia de transportes, uma companhia de comunicações, uma companhia de engenharia, uma companhia de polícia-militar, um esquadrão de reconhecimento, três batalhões de infantaria mecanizada, um batalhão de tanques, um batalhão de artilharia terrestre, um batalhão de artilharia anti-aérea e uma bateria de artilharia reactiva (seis carros). A 1ª Brigada e a 6ª Brigada de Tanques localizavam-se em Maputo; a 2ª Brigada estava em Mapai e, em conjunto com a 8ª Brigada localizada no Chókwè, assegurava a protecção do sul; a 3ª Brigada estava em Chimoio e a 5ª na Beira; a 4ª Brigada estava colocada em Tete, e a 7ª em Cuamba, assegurando a presença militar em Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e Nampula, e particularmente no corredor de Nacala; finalmente, a 9ª Brigada, cujos oficiais haviam sido treinados na Coreia do Norte e eram particularmente eficazes, estava baseada na Gorongosa para controlar as actividades do quartel-general da Renamo.

[16]Excluídos os desenvolvimentos posteriores, que transformaram muitas vezes este "chamamento patriótico" num eufemismo para verdadeiros "raides informais de alistamento", esta estratégia teve algum sucesso, não só por razões patrióticas que incluíam um elemento de auto-defesa, mas também porque o alistamento era visto muitas vezes como uma perspectiva promissora, particularmente nas zonas rurais. Nesta mesma linha, Geffray (1991) sugere que em alguns casos os jovens das aldeias rurais aderiam à Renamo na tentativa de descobrir uma nova forma de vida fora do âmbito estreito da agricultura doméstica.

insuficiente[17] como a quantidade de militares está longe de ser o mais importante critério numa guerra contra forças de guerrilha.

Para além de ter que lidar com a ameaça permanente de um ataque convencional do seu vizinho sul-africano, o que o exército tinha pela frente era uma actividade complexa que incluía não só atacar os guerrilheiros e interromper as suas linhas de abastecimento mas também, o que era provavelmente ainda mais importante, defender a população e proteger alvos importantes como as linhas férreas e estradas, linhas de transporte de energia e outras infra-estruturas económicas.

Para tal as tropas tinham que ser satisfatoriamente alimentadas, armadas, motivadas e apoiadas por sistemas adequados de comando, controlo, comunicações e informações, assim como por transportes eficientes que garantissem uma rápida mobilidade. Este exercício tinha que ser bem coordenado no vasto quadro de campanha de contra-insurgência.

Os custos crescentes da guerra significaram que as conquistas sociais conseguidas pelo governo da Frelimo nos primeiros anos da independência foram anuladas ou, mesmo, revertidas. À medida que prosseguiu a escalada da guerra e seu alastramento a todo o território, foram tentadas jogadas políticas e diplomáticas para se chegar a um entendimento com os sul-africanos. Elas culminaram no Acordo de Nkomati, assinado em 1984, no qual Moçambique tentou negociar a retirada do seu apoio operacional ao ANC em troca da interrupção do apoio sul-africano à Renamo.

Embora Moçambique tivesse mantido o seu compromisso no âmbito do Acordo de Nkomati, o governo sul-africano prosseguiu com o seu apoio à Renamo por meio de abastecimentos aéreos directos ou utilizando a intermediação do Malawi. O acordo mostrou-se, assim, de valor limitado, e trouxe resultados contraditórios. Para as autoridades

---

[17]Minter (1994: 236) menciona a fórmula do General Maxwell Taylor, de 25 soldados para 1 guerrilheiro, como pré-requisito para o sucesso contra a guerrilha, o que teria implicado um exército moçambicano de 250.000 homens, ou cerca do dobro do tamanho que ele tinha no final da guerra. Alguns anos antes, durante a luta de independência, Portugal começara a combater os guerrilheiros da Frelimo numa base de 1 para 1 (Borges Coelho 1993: 176), que se desenvolveu para, aproximadamente, 5 para 1 no final dessa guerra, em 1974.

moçambicanas significou um importante passo em direcção à paz. Contudo, existe uma leitura que advoga que o seu espírito tem subjacente a intenção de pretender pôr termo à guerra sem o envolvimento dos rebeldes, numa espécie de solução de tipo "vencedores-vencidos".

Paradoxalmente, ao acordo seguiu-se uma escalada da guerra sem precedentes. A África do Sul, nos meses que haviam precedido imediatamente o acordo, tinha feito lançamentos maciços de equipamento para a Renamo, no interior de Moçambique, de forma a que o movimento pudesse prosseguir com as suas operações ao mesmo tempo que os sul-africanos mantinham a aparência de estarem a cumprir com as suas obrigações diplomáticas. Esta situação marcou a terceira fase da guerra, o "período da Renamo", durante o qual os guerrilheiros esforçaram-se por ser mais autónomos e estabelecer-se em todo o país, trazendo uma faceta de guerra civil ao conflito.

Não obstante, para o governo, o Acordo de Nkomati trouxe um benefício importante para as suas forças armadas, que foi a remoção do espectro de ameaça de um ataque convencional por parte da África do Sul: isto abria espaço para as forças armadas poderem dedicar-se quase que exclusivamente a operações contra a Renamo.

Todavia, esta nova fase coincidiu com ainda maiores dificuldades enfrentadas pela campanha de contra-insurgência do governo, e as dificuldades logísticas das FAM tornaram-se mais evidentes, crescendo para níveis insustentáveis. Apesar da descentralização da direcção em 1982, o acentuado aumento dos contingentes, assim como outros factores, trouxeram novos constrangimentos de índole material. Tais dificuldades reflectiam-se com mais acuidade nos campos de armamento e munições, transportes, rações de combate e uniformes, saúde, e na própria ideologia e moral, num exército cujas capacidades de manutenção e reparação de equipamento eram também muito limitadas.

A título ilustrativo, as aeronaves de transporte, porque tinham que ser desmontadas e enviadas de barco para a União Soviética para serviço de manutenção ou reparações mais sérias, ficaram imediatamente afectadas pela crise. Os sobressalentes e munições, que eram igualmente importados, começaram a escassear. No interior do país, os problemas dos sistemas de distribuição eram idênticos ou até mais graves que

aqueles que afectavam outros sectores do aparelho do Estado e da sociedade em geral.

No final da guerra, o problema era tão grave que praticamente todos os meios aéreos de combate e as aeronaves de transporte se encontravam paralisados devido à falta de sobressalentes ou combustível, e menos de 5% dos veículos militares se encontravam em estado operacional.[18] Por volta de 1991, até a estratégica base aérea de Nacala, onde se localizava a parte principal da aviação de combate, tinha apenas duas viaturas de apoio, a pista estava esburacada, os sistemas de rádio não funcionavam, a vedação era deficiente e o programa mensal de treino dos pilotos estava interrompido há vários meses. O estado dos edifícios dava à base a aparência de ter sido devastada.

A nível das unidades, a situação logística forçava as tropas a adaptar-se a condições praticamente impossíveis. Era frequente encontrar subunidades completadas apenas em cerca de 35% da orgânica e sem salários há mais de um ano, vestindo-se como os restantes elementos civis, com os efectivos quase todos casados localmente, subsistindo através da pesca, cultivo de pequenas machambas ou comércio informal, como ilustra a unidade na altura estacionada em Zumbo. Segundo fontes locais, um estrangeiro não os distinguiria das milícias locais. Sem uniformes, armas ou outro equipamento, empregavam munições que chegavam irregularmente através do Zimbabwe.

Nesta situação, os militares tinham grandes dificuldades em desempenhar eficazmente a sua missão de defesa da população. De facto, situações como as acima descritas apenas contribuíam para acentuar a degradação das relações entre os militares e a população.

Em primeiro lugar, e à medida que a guerra se agravou, o "chamamento patriótico" enquanto método de recrutamento tendeu, como dissemos, a transformar-se num eufemismo para uma verdadeira captura informal de recrutas nas aldeias, mercados e escolas.

Em segundo lugar, à medida que os militares tinham mais dificuldades em controlar a situação, os métodos para evitar os contactos da população com a Renamo tornaram-se mais duros e inapropriados.

---

[18]Entrevista com o General Teófilo João, Chefe da Logística, citada em Macaringue, 1998: 47-48, 53.

Na mesma ocasião, a Renamo procurava aproveitar-se da situação, procurando manter a população dispersa nos seus pequenos aglomerados, na altura em que o exército pretendia o reverso, promovendo a movimentação dessa mesma população para "aldeias protegidas", de forma a poder controlá-la seguindo um dos requisitos das campanhas clássicas de contra-insurgência.

Estas medidas, que afectaram em particular a zona central do país, foram um dos factores principais para o descontentamento popular. Com efeito, tais métodos de contra-insurgência tinham semelhanças com aqueles a que os portugueses haviam recorrido uma década antes, e eram odiados pela forma coerciva e pelo facto de provocarem ruptura com os hábitos de vida sócio-económica da população. Os aldeamentos coloniais estavam ainda frescos na memória das populações que o exército moçambicano procurava agora restaurar. Por ironia de destino, a Frelimo, durante a luta de libertação, enfatizara bastante a libertação dos camponeses precisamente dessas aldeias quando a vitória fosse conquistada.

Por outro lado, o discurso de desenvolvimento socialista que havia suportado as aldeias comunais após a independência – recebido com reservas pelas populações rurais – era agora posto de lado à medida que a situação de segurança se agravava. Cada vez mais as aldeias eram criadas à força e cada vez mais as condições de vida dentro delas se tornavam insustentáveis.[19]

Nesta análise, outros factores merecem igualmente menção, como sejam os casos de maus-tratos infligidos às populações suspeitas de colaboração com a rebelião ou, num contexto agravado de escassez, a dura competição entre militares e população em torno dos poucos recursos disponíveis, quer locais quer distribuídos por organismos de ajuda de emergência.

O conflito armado devastou a economia nacional e teve consequências trágicas para a população. Colocou o país numa situação de total dependência de ajuda externa cada vez mais acentuada. As

[19]A aldeação forçada, e as aldeias comunais em geral, passaram a ser um dos elementos centrais da propaganda da Renamo contra o governo, e foram consideradas por vários autores como uma das razões para o rápido alastramento do movimento da guerrilha. Ver, por exemplo, Geffray 1990.

condições de vida tornaram-se insuportáveis para milhões de pessoas. A vida social e económica dos cidadãos chegou a níveis tão baixos que em vários locais o espírito de euforia trazido pela independência se eclipsou. Nalgumas regiões, dadas as dificuldades e carências vividas pelo cidadão comum, a independência confundia-se com sofrimento e agravamento das condições materiais, num país que na altura da independência tinha tantas expectativas e aspirações.

Neste conjunto de adversidades então surgidas, de destituição generalizada, largos sectores da população manifestavam directa ou indirectamente o seu descontentamento em relação às autoridades, atitude que não era inteiramente uma surpresa, no contexto de tão elevada erosão das condições de vida e aspirações.

No final dos anos oitenta, as fortes pressões internas e externas, a insustentável situação militar de ambos os lados, o colapso económico praticamente total e, sobretudo, a conclusão de que não havia uma solução militar para o conflito, levaram à realização de conversações directas entre os dois contendores.

d) O Acordo Geral de Paz de 1992 e a constituição das FADM

O Acordo Geral de Paz assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992 entre o Governo moçambicano e a Renamo, trouxe o cessar-fogo e abriu caminho ao fim definitivo das hostilidades. O acordo estava estruturado em vários protocolos. O Protocolo VI estabelecia os procedimentos a ser seguidos para o cessar-fogo; o Protocolo IV regulava as questões militares.[20] Segundo a sua lógica, após o cessar-fogo ambas as tropas seriam separadas e reunidas em vários campos. Voluntários de ambos os lados seriam então seleccionados e recrutados para o novo exército nacional conjunto, enquanto que os restantes combatentes – de facto a maioria – seriam desmobilizados.

A questão do número de efectivos que deveriam constituir o novo exército foi uma das mais difíceis nos contactos que precederam a assinatura do AGP pelas duas partes.[21] Acabou por se acordar que cada

---

[20]Para o contexto das discusses que conduziram ao acordo em torno das questões militares, no AGP, ver Alex Vines 1993.

[21]O Governo favorecia um exército maior, enquanto que a Renamo pretendia uma força reduzida. As razões de tais posições têm sido objecto de

uma das partes forneceria 15.000 homens, de forma a constituir-se uma força de 30.000 homens com 24.000 no exército, 4.000 na força aérea e 2.000 na marinha de guerra (AGP, Protocolo IV, I-ii).

O Protocolo IV fornecia a definição do papel e perfil desta nova força. As forças armadas deveriam actuar em todo o território com a missão fundamental de defender e salvaguardar a soberania, a independência e o território do país. Seriam apartidárias, competentes, e constituídas exclusivamente por cidadãos moçambicanos voluntários, seleccionados a partir das forças de ambas as partes. Serviriam o país com profissionalismo e respeito pela ordem democrática e pela legalidade. A composição das FADM devia excluir todas as formas de descriminação racial ou étnica, linguística ou religiosa.

A implementação do acordo foi coordenada por uma Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) e várias outras sub-comissões onde ambas as partes e a ONU, enquanto mediadora, assim como vários outros países, se faziam representar. Eles deveriam regular o período de transição em Moçambique, no qual diversos processos seriam desenvolvidos com o objectivo do estabelecimento de um ambiente de segurança e democracia multipartidária no país.

Os assuntos relacionados com a criação da nova força ficaram a cargo da Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM).[22]

---

alguma especulação. Para alguns, o Governo, que enfrentava problemas sócio-económicos muito graves, sentia a necessidade de um exército capaz de absorver um significante número de desempregados. Uma vez que se tinha acordado que cada parte contribuiria com metade do contingente da nova força, um grande exército significaria também mais dificuldades para a Renamo, não só de preencher a sua quota mas, também, de manter ao mesmo tempo tropas escondidas. Quanto à Renamo, a razão da sua proposta de um exército menor não decorre apenas do que foi atrás apontado mas também da convicção que neste contexto a força do Governo seria menor. Ver esta linha de análise em José Luís Cabaço, "FADM - Aprender dos outros: e de nós" in *Domingo*, 22 de Maio de 1994. Ver também ONUMOZ 1994.

[22]Segundo o AGP, Protocolo IV, I-iii, 1(d), a CCFADM deveria emitir directivas sobre o faseamento do estabelecimento das estruturas das FADM, e propor à CSC: as normas que regeriam as FADM; o orçamento a fornecer às FADM até à tomada de posse do novo governo; os critérios de selecção e a

A criação "técnica" das FADM iniciou-se com a chamada "Declaração de Lisboa", emitida no final de uma reunião realizada em Fevereiro de 1993, na qual Portugal, França e Reino Unido confirmaram a disposição de treinar a nova força em aspectos específicos.[23] O primeiro passo concreto para o desenvolvimento do novo exército teve lugar entre Fevereiro e Setembro de 1994, quando instrutores portugueses dirigiram cursos de direcção de 30 dias para 25 oficiais de cada uma das partes em cada curso. No final deste processo, cerca de 200 oficiais estavam considerados prontos a assumir papéis de direcção nas novas FADM (*Domingo*, 6 de Março, 27 de Março de 1994; *Notícias*, 26 de Junho, 27 de Julho de 1994).

Entretanto, o primeiro curso de marinha para 40 soldados de ambos os lados – destinado a formar o núcleo da futura força naval – também se iniciou sob a direcção de instrutores portugueses. No final de um curso de dois meses e meio, foram treinados 11 oficiais e 21 sargentos, enquanto se preparava novo e idêntico curso (*Domingo*, 6 e 27 de Março de 1994; *Notícias*, 15 e 21 de Maio, 15 de Junho de 1994). Entre Março e Maio, instrutores portugueses também treinaram o primeiro dos três batalhões (450 homens cada) de forças especiais, no Centro de Formação

---

selecção do pessoal das FAM e da Renamo que integraria as FADM; os nomes dos principais oficiais de comando. A CCFADM começou por ser dirigida por Aldo Ajello, o representante especial do secretário geral da ONU. Na CCFADM o Governo e a Renamo eram representados, respectivamente, pelos tenentes-generais Tobias Dai e Mateus Ngonhamo. A CCFADM também incluía representantes de Portugal, França e Reino Unido, sob a coordenação das Nações Unidas. Ver *Notícias*, 14 de Maio de 1994.

[23] A França ofereceu apoio para treinar batalhões de engenharia militar das FADM; Portugal ofereceu-se para oferecer o treino de três batalhões de forças especiais, de uma companhia naval, dois cursos de administração e logística para oficiais e sargentos, dois cursos de reciclagem para generais e oficiais superiores, entre outros; e o Reino Unido treinou 540 instrutores moçambicanos em Nyanga, Zimbabwe. Ver ONUMOZ (1994: 3). Em Maio, quando a criação do novo exército enfrentava sérias dificuldades, particularmente financeiras, o Governo procurou apoio da comunidade internacional e obteve algumas garantias da Itália. Mais tarde, e a pedido, o Zimbabwe também forneceu 100 instrutores, que contribuíram para as acções de formação dirigidas pelos militares britânicos. *Notícias*, 25 e 27 de Maio; 11 de Junho de 1994.

de Forças Especiais de Nacala, na província de Nampula (*Domingo*, 20 de Março de 1994; *Notícias*, 4 de Maio de 1994).

A contribuição francesa cingiu-se ao envio de 10 instrutores militares para ajudar a formar a primeira companhia de 100 homens especializados em desminagem. Para tal, foi estabelecido um centro de treino em Boquisso, arredores de Maputo. O primeiro curso de desminagem teve uma duração de 4 meses e estava concluído em Julho.[24]

Entretanto, o esforço principal foi dirigido para a infantaria. Em Março, 540 instrutores de ambos os lados, treinados por instrutores britânicos em Nyanga-Zimbabwe, foram colocados nos três centros de formação principais das FADM – Dondo (Sofala), e Boane e Manhiça (Maputo) – para treinarem, numa primeira fase, 5.000 recrutas de ambos os lados.

A primeira acção estava concluída em 7 de Junho, com três batalhões formados e colocados em Chókwè, Quelimane e Cuamba, respectivamente nas províncias de Gaza, Zambézia e Niassa (*Notícias*, 8 de Junho de 1994).

Todavia, esta primeira formação sofreu atrasos. Havia dificuldades no transporte dos novos recrutas dos centros de acantonamento para os novos campos de treino. A chegada tardia de equipamento militar, particularmente de uniformes vindos de Portugal, também complicou o processo (*Notícias*, 15 e 30 de Março; 11 e 14 de Abril de 1994). Estes e outros problemas, tais como a falta de formação básica dos recrutas e a falta de condições para alojá-los quando deixavam os centros, também dificultaram o início da segunda ronda de formação da infantaria, que deveria formar mais seis batalhões, totalizando 4.500 homens (*Notícias*, 6 e 7 de Julho de 1994).

---

[24]*Notícias*, 27 de Maio, 13 e 14 de Julho de 1994. Também ocorreu a formação de civis em desminagem, particularmente no âmbito do pacote de 4 milhões de dólares concedido pela USAID para tal fim. Em Junho, cerca de 100 elementos terminavam o seu curso no Savane, perto da Beira, e começavam a operar nas províncias de Sofala, Manica e Zambézia, consideradas como as mais afectadas pela presença indiscriminada de minas. Também no Savane, um curso financiado pelo UNOHAC formaria 300 elementos até Dezembro. *Notícias*, 16 e 21 de Junho de 1994.

A 16 de Setembro anunciava-se a criação de apenas mais três batalhões (*Notícias*, 10 e 17 de Setembro de 1994).

Os problemas na implementação da "Declaração de Lisboa" têm sido objecto de alguma controvérsia. Segundo alguns observadores externos,[25] houve quatro factores-chave que dificultaram a criação das FADM, cujas razões nem sempre foram claras.

Em primeiro lugar, julga-se que Moçambique não maximizou a vantagem das ofertas dos governos inglês, português e francês para formação dos seus militares durante o processo de paz. Em segundo lugar, que o Ministério da Defesa e o Comando das Forças Armadas não operaram articuladamente durante quase 7 meses após as eleições de Outubro de 1994, e figuras-chave do ministério e das forças armadas só foram nomeados no início de Maio de 1995. Em terceiro lugar, havia uma percepção não favorável por parte de alguns círculos de doadores, sobre alguns quadros integrantes do comando das forças armadas. E, finalmente, acha-se que Moçambique ainda não definiu claramente uma política e direcção para a componente militar da defesa no novo quadro. Há comentários apontando para uma acção deliberada tendente a manter o actual *status quo,* por forma a reverter um clima de anos seguidos de relativa pouca prestação de contas do sector militar.

Independentemente da validade desses argumentos, o facto é que diversos factores inter-relacionados fizeram com que a formação das FADM acabasse por ser um processo muito lento e intrincado, afectando o papel que estas deveriam desempenhar como factor de garantia da estabilização do processo de paz, particularmente por alturas das primeiras eleições multipartidárias.

Politicamente, as FADM dependiam do complexo processo de estabelecimento progressivo de confiança entre as partes, que na óptica do AGP seria assegurado pelo funcionamento inicial de uma cadeia de comando bicéfala.[26] Tecnicamente, a formação das FADM

---

[25]Em debates ocorridos num seminário que teve lugar em Maputo, dirigido por representantes do Centre for Civil-Military Relations / Post-Graduate Naval School, de Monterey, Califórnia. Maputo, 15-19 de Março de 1999.

[26]O facto do mesmo corpo militar ser chefiado por dois comandantes, um de cada uma das partes, era um compromisso invulgar que envolvia

dependia da colaboração de diversos países, cada um deles com um sistema próprio de organização militar, e da disponibilidade de recrutas, disponibilidade essa muitas vezes limitada pela demora na submissão das listas de voluntários por ambas as partes; os problemas de transporte, as más condições de alojamento ou, simplesmente, a falta de voluntários, agravaram essas dificuldades.

A necessidade de atrair voluntários foi levada muito a sério por todas as partes envolvidas. As condições a oferecer às novas tropas foram objecto de prolongadas discussões desde o início. Na tentativa de cumprir com promessas feitas aos seus próprios combatentes durante a luta, a Renamo inflacionou o nível dos salários dos militares durante as negociações; o Governo, por outro lado, sobrecarregado e sem recursos, tentou manter os salários a níveis mais modestos. Em resultado do compromisso a que se chegou, os salários dos praças das FADM acabaram por ser quase três vezes mais do que aqueles que eram pagos nas ex-FAM.

Na mesma altura também foram anunciados melhores serviços de apoio médico, de vestuário, transporte e alimentação (*Domingo*, 20, 27 de Março de 1994; *Notícias*, 24 de Março de 1994). Mesmo assim, as condições prometidas revelaram-se insuficientes para atrair voluntários, quer porque as expectativas eram mais elevadas, quer porque os longos e duros períodos passados nos centros de acantonamento fizeram subir a desconfiança em relação a todo o processo.

Na verdade, vários militares provenientes da Renamo e das FAM acantonados nesses centros chegaram mesmo a sublevar-se, exigindo uma desmobilização mais rápida, e o retorno à vida civil. Muito poucos se encontravam dispostos a alistar-se nas novas forças as FADM. As justificações eram diversas, sendo as mais comuns as de que não queriam repetir experiências amargas do seu passado nas fileiras militares.

Em conclusão, a expectativa do AGP de se ter no terreno um exército conjunto de 30.000 homens antes das eleições (aproveitando-se assim uma das lições retiradas do fracasso do processo angolano) foi

---

potencialmente muitos riscos. Ele foi abandonado após as eleições, com a nomeação de um único chefe do estado-maior.

impossível de concretizar. Nem mesmo a meta mais modesta de se ter metade desse número antes das eleições foi possível conseguir.[27]

Quanto mais as FADM conseguissem atingir um bom nível de disciplina e eficiência, melhor contribuiriam para a estabilidade do contexto político e social. Tratava-se de uma questão vital no sentido em que as anteriores forças militares foram declaradas "extintas" em Agosto (*Notícias*, 16 de Julho de 1994), deixando a responsabilidade de uma conclusão pacífica do processo de transição para o novo exército e para a ONUMOZ.[28]

Em Fevereiro de 1995, contudo, em lugar dos 30.000 inicialmente previstos, as FADM continuavam a ter apenas 12.195 homens (8.533 das velhas FAM e 3.662 da Renamo), e o número parecia tender a diminuir, face a relatos de consideráveis índices de deserção. Os problemas logísticos permaneciam uma grande preocupação, com os transportes, comunicações e abastecimentos a processarem-se lentamente e com dificuldades em todo o país.[29]

Se tivermos em conta uma definição estreita de paz, que se resuma ao calar das armas (paz negativa), podemos considerar que essa paz foi estabelecida em Moçambique, em resultado da implementação do AGP. Contudo, se nos basearmos numa definição mais abrangente de paz, que inclua valores e metas, a remoção das causas do conflito, (paz positiva), então o que se conseguiu em Moçambique foi apenas meio-caminho, que embora seja importante é apenas um passo em direcção a paz duradoura.

---

[27]Um debate sobre a situação das FADM difundido pela *Rádio Moçambique* em 15 de Julho de 1994, estimava que em finais de Outubro, por alturas das eleições, as FADM seriam constituídas por cerca de 12.000 homens. Contudo, em Setembro, pouco antes dessa data, os 6 batalhões das FADM existentes representavam ainda apenas 8.281 homens. *Notícias*, 17 de Setembro de 1994.

[28]Nesta altura, o debate sobre os papéis do exército e da polícia tornou-se crucial uma vez que os riscos do processo de paz pareciam agora porvir do interior do país e não do contexto regional, que se apresentava particularmente favorável.

[29]Para os problemas e limitações na edificação das FADM nesses primeiros dias, ver Macaringue 1998: 60-62.

Se o processo moçambicano provou alguma coisa, foi que a procura da paz começa inevitavelmente pelo seu antónimo mais facilmente identificável – o conflito. Embora seja um conceito limitado de não-paz, o estudo da guerra constitui um primeiro passo essencial no estudo da paz. Como é comumente aceite, conflito e possibilidade de paz existem a muitos níveis, do individual e pessoal ao social. Assim, a guerra só pode ser erradicada se as suas causas forem adequadamente resolvidas e surgirem alternativas funcionais a ela.

O processo de paz moçambicano confirmou aquilo que Galtung (1996: 274) tem defendido: A paz e a violência apoiam-se mutuamente (voltando ao seu conceito de paz edificada na violência para além da violência manifesta), a violência e a paz têm que ser resolvidas aos seus vários níveis, identificando e tratando as suas raízes mais profundas, por vezes escondidas. É por isso que a paz deve ser encarada como uma transformação criativa.

O processo moçambicano revelou que a ideia de paz tem menos que ver com um pensamento utópico e é mais realista do que pensavam aqueles que descriam dela. A experiência moçambicana permite-nos compreender melhor os custos temporais da violência e as possibilidades e vantagens da paz. Ele mostrou ainda a força que outros actores, para além dos contendores, podem ter na resolução de um conflito.

2. As FADM e o Futuro

a) Moçambique e o contexto de segurança da África Austral

A melhor forma de fazer uma projecção sobre o futuro da defesa de Moçambique passa por inseri-la num retrato, ainda que breve, do quadro de segurança regional que se procura definir, e do eventual papel que pode estar reservado ao país nesse quadro.

A arquitectura da segurança da África Austral não pode ser entendida sem a análise da história recente de conflitos armados na região, da herança de conflito ideológico e desestabilização regional da era do *apartheid*, da complexidade do processo de paz em Angola,

do alargamento da SADC para incluir a República Democrática do Congo, e da relação crítica decorrente da dicotomia entre desenvolvimento e segurança.

Claramente, as ideias essenciais que configuram o actual espectro de segurança regional comportam elementos resultantes do impacto dos três conflitos do pós-II Guerra Mundial que se desenrolaram nesta região; do esforço de defesa de retaguarda do colonialismo levado a cabo pela Europa; do rescaldo da confrontação entre o Leste e o Oeste; e da agressiva defesa do *apartheid* e do regime racista rodesiano (Cement 1997: 1).

Esta realidade influenciou a disseminação do conceito de ameaça à segurança como proveniente do exterior, e que tanto foi utilizado para justificar a edificação de enormes dispositivos de defesa e segurança na nossa região.

A Tanzania, a Zâmbia e o Botswana foram os primeiros a compreender que a sua independência só poderia consolidar-se através da libertação dos países vizinhos. Estes países, particularmente a Tanzania, ao oferecerem os seus territórios aos movimentos de libertação da África do Sul, Moçambique, Angola, Zimbabwe e Namíbia, contribuíram para o lançamento da semente da ideia de uma agenda regional de cooperação em matérias de segurança.

Com efeito, nos campos de treino da Tanzania e da Zâmbia, os líderes dos vários movimentos de libertação travaram conhecimento mútuo e forjaram no seu convívio a partilha da ideia da necessidade de cooperação na luta contra a dominação e ocupação. Foi desenvolvido o senso de identidade e a ideia de todos serem vítimas de ameaças comuns e partilharem do mesmo destino.

Foi particularmente a ideia de serem objecto da agressão de um inimigo comum que ajudou a desenvolver a consciência da necessidade de criação de mecanismos articulados para o desenvolvimento de um quadro colectivo de segurança. Aqui reside a génese das ideias que nortearam a concepção do futuro cenário regional de segurança.

A consolidação deste conceito de segurança regional ganhou forma em meados da década de setenta, quando a Tanzania, Zâmbia e Botswana, e mais tarde Moçambique e Angola, formaram o grupo que veio a ficar conhecido como Estados da Linha da Frente (ELF), para

coordenar e acelerar a libertação da Namíbia, Zimbabwe e África do Sul.

Nessa altura, o objectivo comum que cimentava e galvanizava a unidade de acção era a eliminação dos regimes minoritários da Rodésia do Sul, da África do Sul, e a libertação da Namíbia. Quando se tornou independente em 1980, o Zimbabwe também aderiu aos ELF. Na atmosfera conflituosa dessa altura, os ELF lidavam com as questões de segurança numa base informal, na qual o membro mais antigo servia de coordenador nas reuniões conjuntas.

Pode afirmar-se com alguma segurança que os ELF representam o ponto de partida mais concreto daquilo que viria a ser o escopo da cooperação formal no âmbito da segurança ligada à África Austral enquanto região. O próprio estabelecimento da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), em 1980, foi impulsionado pelos ELF.[30]

O desmoronamento do bloco socialista em 1989 e a derrocada do sistema do *apartheid* em 1994, contribuíram significativamente para a mudança das perspectivas utilizadas até então para a estruturação do mecanismo de segurança na África Austral.

Com efeito, os dois acontecimentos conduziram à transformação da percepção de segurança e abriram um intenso debate sobre a própria essência do conceito e da forma como ela deve ser partilhada. Até 1992, a SADCC, tal como a organização dos Estados da Linha da Frente, funcionava num esquema "frouxo", sem um estatuto legal formal. A sua existência era regulada pelo *Memorandum de Entendimento* expresso na *Declaração* da sua criação, onde se fixava que a organização surgia com a finalidade de coordenar esforços visando reduzir a dependência económica em relação à África do Sul, e promover o desenvolvimento.

Este aspecto era considerado essencial para a sobrevivência dos Estados da região. Nesta fase, o espírito cooperativo assentava na

---

[30] A reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Maio de 1979 em Gaborone lançou bases para a realização do encontro de Arusha de Julho do mesmo ano, que ficou conhecido como "Southern Africa Aid Conference". Ali se concebeu a SADCC, que viria a nascer em Lusaka e a ser baptizada em Abril de 1980, em Harare.

ideia de que a SADCC se baseava em Estados, e que a soberania dos governos desses Estados-membros era reconhecida como essencial. Esta forma de pensar não favorecia o desenvolvimento da capacidade de uma perspectiva mais holística a respeito das preocupações de segurança, especialmente nas questões que recaíam na jurisdição doméstica de cada Estado-membro.

Por essa altura, os países da região compreendiam que o desanuviamento ainda representava um papel crucial na prevenção do conflito armado. Assim, cada país procurou individualmente desenvolver uma capacidade de defesa que fosse suficientemente credível para inibir potenciais agressões.[31]

Seria apenas com a resignação do presidente P. W. Botha, em 1989, e o surgimento de F.W. de Klerk como líder do Partido Nacional sul-africano, e com a ocorrência da independência da Namíbia em 1990, que começaram a surgir sinais de mudanças políticas que indicavam o fim próximo da era do *apartheid*.

A libertação de Nelson Mandela, a 11 de Fevereiro de 1991, e de outros prisioneiros políticos, a legalização do ANC, a assinatura do acordo de paz nacional e o início das sessões da Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA) no mesmo ano, vieram a assinalar o início de uma mudança fundamental de profundo alcance não só para a África do Sul como para toda a Região Austral de África.

O facto que quando aconteceu a transição mundial de 1989 a região da África Austral continuava concentrada na luta anti-*apartheid*, e assim continuaria pelo menos nos cinco anos seguintes, apesar da ocorrência de mudanças importantes como foi a independência da Namíbia, serve para entender e justificar a adaptação tardia dos Estados da África Austral à nova percepção regional da segurança do mundo pós-Guerra Fria.

Nesta perspectiva, foi a partir de 1989,[32] particularmente após a assinatura do Tratado da Comunidade de Desenvolvimento da África

---

[31]Esta convicção era reforçada pela postura belicista que norteava a política do regime do *apartheid*.

[32]A queda do muro de Berlim e a resignação de P.W. Botha foram os acontecimentos mais marcantes.

Austral (SADC) pelos Chefes de Estado e de Governo, em Windhoek, em Agosto de 1992, que começou a aparecer um conjunto de versões de agenda que espevitaram a organização, impelindo-a para uma mudança no enfoque da comunidade, de "*conferência de coordenação do desenvolvimento*" para "edificação duma *comunidade de desenvolvimento*" com ênfase na integração.

Isto despoletou a necessidade de repensar todo o conceito de segurança do ponto de vista de cada Estado-Membro da SADC, individual e colectivamente. Acontecimentos como a independência da Namíbia (1990), o fim da guerra em Moçambique (1992), e a CODESA, iniciada em 1991, tiveram um impacto directo e jogaram um importante papel na mudança da visão de segurança ao nível da SADC.

Com efeito, cresceu a esperança de que o fim do *apartheid* tiraria a região de uma era de conflito e confrontação, transportando-a para uma era de cooperação num clima de paz, segurança e estabilidade (Tratado da SADC, 1992).

Por essa altura, embora o clima fosse de incerteza e ambiguidade, a ideia de ligar paz, segurança e estabilidade ao desenvolvimento tornava-se mais prevalecente. Naturalmente que a mudança mais paradigmática surge ligada à necessidade de estender a segurança à população, que obriga a uma profunda mudança nas pessoas e, em certa medida e onde tal não for possível, mudança *de* pessoas.

A questão de debate é como conseguimos isso? Certamente que já não pode ser pela via de cobertura territorial com forças militares, e a equação permanece sem raiz. No caso de Moçambique, desde a assinatura do AGP que se põe grande ênfase em Forças Armadas profissionais, o que significa resolver o desafio da relação custo/eficácia no atendimento das questões que se levantam nas áreas do recrutamento, retribuição, rejuvenescimento, restituição à vida civil e mobilização, formação e retenção entre outras.

Olhando para a actual realidade do país, permanece a incógnita sobre em que modelo de quadro encontramos as soluções mais viáveis para resolver a questão de estender a segurança ao indivíduo e dar-lhe uma latitude mais ampla. O actual figurino parece não responder ainda a essa necessidade.

Os Estados da Linha da Frente, coordenados através do Comité Interestatal de Defesa e Segurança (CIEDS), de alguma forma estavam convictos que a procura da cooperação entre os seus membros em matéria de segurança, estava a criar a ideia de que os potenciais agressores entenderiam o risco de ter que enfrentar em resposta uma capacidade militar colectiva. Assumia-se igualmente que essa capacidade colectiva travaria as ameaças à região como um todo.

Lendo correctamente os desenvolvimentos em curso, a 30 de Julho de 1994, a organização dos ELF foi dissolvida, transformando-se no sector político e de segurança da SADC, concretizando assim essas ideias num contexto em que a África do Sul deixara de ser vista como o inimigo (Cilliers 1995: 40). Na verdade, nessa altura o *apartheid* já não servia de imperativo para justificar estratégias de defesa.

Não obstante, o estabelecimento de uma nova estrutura – o Órgão – levou tempo. Esta dificuldade deve ser entendida no contexto da realidade pós-Segunda Guerra Mundial, em que o legado doutrinal, na sua ambivalência, apontava para o sistema "inter-armas", que testado nos conflitos ulteriores ocorridos na região, sugere soluções de conjunto e combinadas. Neste quadro complexo, a região debate ainda o que ensinar, como ensinar e por quem. Esta reflexão exige a eliminação de desconfianças e utilização plena das infraestruturas de que a região dispõe.

Em termos reais, não existe ainda uniformidade na percepção de que a defesa hoje desterritorializou-se e que, contrariamente, a segurança se internacionalizou e precisa de se territorializar, o que exige espaço de reflexão sobre a necessidade da segurança nacional retomar, a par do desenvolvimento sócio-económico, a sua prioridade na política geral do Estado.

Isto impõe que algo tem de mudar, a começar pelas mentes dos fazedores das políticas nacionais. Aqui reside o epicentro dos debates em curso.

Na senda da busca de soluções, a 3 de Março de 1995, numa reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros realizada em Harare, foi recomendada a criação de uma Associação dos Estados da África Austral (ASAS), ao abrigo do capítulo 7, Artigo 21 (3)(g) do Tratado

da SADC.[33] A ideia era que a ASAS substituísse o quadro cooperativo da organização dos ELF como mecanismo para lidar com a prevenção, gestão e resolução de conflitos na África Austral, mas mantendo-se ainda fora da influência da Comunidade Doadora.

A ASAS funcionaria independentemente do Secretariado da SADC e prestaria contas directamente aos Chefes de Estado e de Governo da SADC. Esta recomendação foi discutida na Cimeira de Agosto de 1995, de Johannesburgo. Contudo, uma vez que os membros se mostraram "inconfortáveis com o conceito ASAS e com a ideia de que sectores tão sensíveis fossem atribuídos a um Estado-Membro, individualmente, o projecto foi abandonado e a ASAS foi substituída, em Junho de 1996, na Cimeira de Gaborone, pelo Órgão para a Política, Defesa e Segurança (Malan 1998: 13).

Todavia, este Órgão tem sido objecto de críticas sobre a sua capacidade de lidar com a deterioração da segurança regional, exemplificada pelas crises no Lesoto, Swazilândia, RDC, Angola, Comores e Zimbabwe.

Apesar de tudo, os efeitos do fim da bipolaridade e, particularmente, da derrocada do *apartheid*, precipitaram uma transição no equilíbrio regional de poderes que dura há pelo menos uma década; a emergência gradual de um novo equilíbrio regional na primeira década do novo século deverá ter um grande impacto na situação de segurança dos países da região, mesmo se não transformar a dinâmica fundamental do conflito no interior e entre esses países.

A história demonstra que a remoção do elemento da rivalidade das superpotências dos conflitos da África Austral contribuiu para o seu declínio. Não obstante a frequente ameaça de contínua anarquia e violência, o impacto inicial do fim do *apartheid* nos conflitos regionais tem sido globalmente positivo, e tem contribuído para o alívio temporário de alguns dos grandes conflitos que dilaceravam a região.

---

[33]O Artigo 21 do Tratado da SADC afirma que "De acordo com as provisões deste Tratado, os Estados-membros concordam em cooperar nas áreas: (...) g) política, diplomática, de relações internacionais, paz e segurança".

Nota-se que, ao remover algumas limitações que tinham sido impostas sobre os protagonistas locais pelas políticas paralelas de gestão de conflitos das superpotências, o fim da rivalidade das superpotências é acompanhado do início de uma era de conflitos menos controlados e mais sangrentos. Como ilustrações disso temos o recém terminado conflito de Angola, os conflitos da República Democrática do Congo, do Congo-Brazaville, do Burundi e, mais longe, da Serra Leoa, Eritrea e Etiópia, que podem servir como percursores daquilo que poderá ser um novo padrão com tendência a prevalecer.

Podemos interrogar-nos como puderam os membros da SADC permitir que uma situação tão deplorável se desenvolvesse no seu seio? Em 1994, a SADC era uma região promissora. Contudo, no curto espaço até 2002, a atmosfera alterou-se substancialmente. Quais são as políticas dos Estados da SADC a este respeito? A resposta parece ser de que os países da SADC estão desencontrados na definição de uma clara política regional de segurança. Esta afirmação pode ser suportada pela aparente dificuldade em ratificar o Protocolo sobre o Órgão e assinar o respectivo Pacto de Defesa Mútua, instrumento essencial para a sua operacionalização.[34]

Para isto parece contribuir o facto de que a África Austral enfrenta problemas complexos, para os quais não há soluções imediatas: alguns deles prendem-se com a ausência de governos eficazes; prevalência de regimes autoritários em alguns Estados, e democracias frágeis noutros; abundância de conflitos políticos e étnicos internos; índices crescentes de pobreza e subdesenvolvimento; elevados níveis de analfabetismo e desemprego; fluxo de refugiados e deslocados; persistência da problemática da elevada dívida externa; a pandemia do HIV/SIDA e outras doenças; crescente degradação ambiental, etc. A lista parece interminável.

Nem sempre é fácil prever o comportamento das jovens democracias na região. Não obstante, algumas oportunidades parecem emergir com a resolução do conflito em Angola, as perspectivas

---

[34] No momento em que se finaliza este artigo, a Cimeira de Luanda de 2-3 de Outubro de 2002 voltou a encontrar argumentos para adiar a assinatura do Pacto.

emergentes quanto ao fim da guerra na República Democrática do Congo, no Congo-Brazzaville e no Burundi, e a tendência de estabilização da situação no Reino de Lesoto.

Existem potenciais factores que poderão impulsionar uma evolução positiva da economia sul-africana e da região como um todo; estima-se que a desmobilização e a reintegração social de ex-combatentes terá um impacto benéfico na economia da região; por outro lado, as percepções regionais das futuras ameaças que o novo ambiente poderá provocar, ainda estão em estágio de determinação.

Em resumo, pode se dizer que a SADC continua numa grande encruzilhada da sua história. É necessária uma nova visão para que os líderes regionais se possam adaptar e criar um consenso para uma nova política externa que acomode tanto a região como os Estados-membros na sua complexidade.

Em resultado da melhoria acentuada na situação geral de segurança regional, particularmente com os dez anos da paz em Moçambique, o retorno à implementação do Protocolo de Lusaka sobre a resolução do conflito angolano, a retirada das tropas estrangeiras do Congo Democrático e sua pacificação, multiplicam-se as opiniões que defendem não existirem fontes visíveis de conflito na região que representem uma ameaça estratégica à soberania de Moçambique, pelo menos no futuro próximo.

Os conflitos potenciais ou reais que existem no resto do continente africano também não representam uma ameaça estratégica à soberania de Moçambique. Da mesma forma ainda, tudo parece sugerir que o país não se tornará um alvo de ameaças militares estratégicas ou subversivas oriundas de fora do continente africano.

Mesmo olhando para as capacidades militares dos vizinhos regionais imediatos de Moçambique, em conjunção com a geografia do seu muito vasto território, nem a Tanzania, Zâmbia, Malawi, Zimbabwe ou Swazilândia possuem forças armadas com estatura ou mobilidade que possam representar uma ameaça estratégica credível a Moçambique.

As capacidades militares e a posição geográfica da África do Sul são de natureza diferente. Embora ela continue a conservar uma suficiente capacidade ofensiva, incluindo aérea e marítima, bem como uma estrutura logística que poderia constituir-se, potencialmente, em

ameaça contra a faixa de Maputo, mesmo assim, e ainda que aceitando esta possibilidade teórica de ameaça, parece todavia muito remoto que possa haver condições políticas que transformem tal possibilidade em probabilidade. Seria difícil descortinar a combinação de factores internos e internacionais que levassem o Governo de Pretória a decidir-se por um assalto frontal contra a soberania e independência de Moçambique.

Moçambique tem fronteiras estáveis com todos os seus vizinhos. Na sua maior parte, contudo, essas fronteiras são cronicamente mal definidas e difíceis de controlar pelas autoridades, e em muitos casos as populações atravessam-nas à vontade. Isto coloca questões de administração, lei e ordem, tráficos ilícitos e contrabando, controlo sanitário, etc. Existe também a possibilidade do surgimento de disputas nos casos de recursos fronteiriços partilhados e sob pressão, ou em que a jurisdição é contestada. Contudo, a história recente dessas áreas sugere que tais possibilidades são remotas, e mesmo que surjam problemas eles são de molde a poder ser resolvidos pelas autoridades locais ou outros organismos oficiais dos Estados envolvidos, como a polícia e os serviços de migração, e pelos normais mecanismos bilaterais estabelecidos.

A possibilidade de Moçambique ter que colocar números significativos de soldados em defesa os seus cidadãos nas zonas fronteiriças, devido a uma acção similar por parte de um país vizinho, é considerada remota, mesmo se não pode ser completamente posta de lado.

As fronteiras marítimas de Moçambique, os seus mares e Zona Económica Exclusiva (ZEE) são reconhecidos internacionalmente. A instabilidade política das Comores é uma fonte de preocupação para a região, mas qualquer que seja o seu resultado não representará uma ameaça directa contra o país.

A ZEE estende-se por 200 milhas náuticas a partir da costa moçambicana. Faz fronteira com as zonas económicas exclusivas da Tanzania, Comores, Madagáscar, África do Sul e ilhas francesas do Canal de Moçambique. A ZEE moçambicana, com cerca de 300.000 milhas quadradas, contém depósitos de peixe extremamente ricos. É, pois, vital que estes sejam protegidos em relação a interferências e

sobre-exploração, e que só ali pesquem barcos propriamente licenciados para o fazer, pagando as respectivas licenças.

Nas actuais perspectivas, Moçambique poderá deter depósitos *offshore* de gás e petróleo dentro da sua ZEE. Se esses depósitos forem descobertos, surgirá a obrigação a longo prazo de os proteger, assim como às infraestruturas colocadas para os explorar. Existe também a necessidade de desenvolver uma capacidade de vigilância contra a pirataria, contrabando, poluição, catástrofes naturais e exploração ilegal de recursos.

Por outro lado, desde o fim do conflito interno que Moçambique também não enfrenta uma ameaça interna organizada à segurança do seu Estado. Evidentemente que se coloca o risco de conflitos resultantes da extrema pobreza a nível da base, mas não há evidência que tal sentimento se possa converter em hostilidade armada contra o governo democraticamente estabelecido, pelo menos a curto prazo.[35]

As considerações atrás feitas permitem avançar, com alguma segurança, uma conclusão. Seguindo critérios de segurança clássicos, Moçambique não enfrenta ameaças estratégicas imediatas à sua existência, e não se vislumbram, no mesmo horizonte, ameaças sérias à sua integridade territorial tanto por terra, como por ar e mar. Podemo-nos ainda arriscar a dizer que também não são de esperar graves alterações às condições de segurança interna.

b) Que Futuro para as FADM?

Actualmente, não só as forças armadas de Moçambique se estão a transformar profundamente em resultado do novo ambiente de paz como, também, os contextos regional e nacional no qual essa transformação ocorre se estão a alterar substancialmente.

Como foi referido anteriormente, ao nível da região foram dados passos importantes em direcção à edificação de uma cooperação mais profícua, embora seja ainda longo o caminho a percorrer. No interior das fronteiras nacionais, os dez anos de paz, a priorização da superação das dificuldades económicas, consubstanciada pelo Programa de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), o novo

---

[35] O alastramento do fundamentalismo islâmico é também um factor a ter em consideração.

ambiente político, fazem com que as forças armadas vejam diminuída a sua centralidade e, o que é muito importante, tudo isso favorece o desenvolvimento de uma nova perspectiva da segurança nacional e encoraja a introdução de mais actores na discussão do seu papel no novo quadro emergente.

Daqui decorre, pois, um processo inadiável de adaptação do país e das suas forças armadas às consequências resultantes da nova conjuntura interna e externa.

Esse processo pressupõe uma profunda reflexão sobre que modelo para as forças armadas de Moçambique, privilegiando a busca permanente de soluções através dos princípios do objectivo, da economia de meios e da flexibilidade, por forma a encontrar o a fórmula que nos permita concentrar esforços, poupar recursos e melhorar a eficiência.

Precisamos de continuar a debater temas como quais as missões das forças armadas na actual etapa da vida nacional e regional, quais os meios necessários, qual o sistema de forças que melhor nos serve hoje. Neste particular, nunca é demais recordar que em cada época histórica a missão das forças armadas, inscrita nas leis fundamentais, deve traduzir o que se quer. Hoje, devido a um panorama estratégico caracterizado por incertezas e riscos, parece ser maior e mais geral a tendência para adoptar modelos de forças viradas para o desenvolvimento e manutenção de capacidades em tempo de paz, pondo de lado a tradicional preocupação de fixar missões para fazer face a ameaças de difícil definição.

Somos chamados a abandonar o conceito de planeamento militar baseado na ameaça proveniente de algures, para abraçar a prática de planear capacidades, o que significa colocar o enfoque menos em quem pode ameaçar-nos, ou onde, e mais nas formas como podemos ser ameaçados e o que é necessário para prevenir, dissuadir e defender-nos de tais ameaças. Daí a constatação de que precisamos de transformar a nossa instituição militar em todas as vertentes.

Tal vai requerer uma mentalidade diferente para recrutar e administrar os recursos, questionar a actual forma de obtenção de recursos humanos pela via da conscrição, abandonar o conceito tradicional de aplicação traduzido em "forças armadas de mão-de-obra intensiva e barata".

A Constituição da República, as demais leis fundamentais de natureza para-constitucional, como a Lei de Política de Defesa e Segurança e a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, carecem de uma actualização para definir missões concretas que se traduzam em capacidades ajustadas aos prognósticos feitos para o actual contexto estratégico temporal. Daí resultará um conceito estratégico nacional actualizado, capacidades actualizadas traduzidas em missões concretas, e respectivos sistemas de forças correspondentes e igualmente actualizados.

Sabemos por experiência própria que quando se pensa em edificar um potencial se deve ter em conta o tempo que ele leva a constituir. Tal aplica-se a homens, equipamentos e infra-estruturas. É portanto necessário começar já a reunir as condições para essa reconstrução da instituição militar.

A primeira tentativa para definir o papel das FADM no pós-guerra foi feita no Programa do Governo para o período 1994-1999. O programa indica que é função principal das FADM defender Moçambique contra a agressão externa; operar dentro dos parâmetros da Constituição, da legislação doméstica e do novo ambiente democrático; constituir-se como estrutura sustentável apropriada à sua função no pós-guerra; ter uma postura e orientação primariamente defensivas; promover a cooperação militar regional; desenvolver medidas de consolidação da confiança e segurança no seio dos parceiros da SADC; e responder ao parlamento e ao povo.

Quaisquer que sejam as forças edificadas sob este conceito, é pouco provável que o Governo encontre argumentos para sustentar um eventual aumento das despesas e gastos com a defesa, em termos reais, num futuro próximo; aliás, tal tendência seria até moralmente inaceitável, quanto mais não fosse porque nem sequer há razões estratégicas ou militares plausíveis para o fazer.

Por outro lado, e por algum tempo mais, o Moçambique do pós-conflito armado continuará a enfrentar grandes pressões para satisfazer exigências dos credores, tais como a redução da despesa pública, e isso inclui os gastos com a defesa. Consequentemente, a percentagem do orçamento nacional alocada à defesa, que em meados dos anos oitenta chegou a atingir 40 %, caiu dramaticamente para menos de 3%, tudo indicando que essa continuará a ser a tendência.

O país continuará a enfrentar essas dificuldades e, ao mesmo tempo, terá de procurar responder da forma possível àquilo que considera como sendo os actuais desafios à sua segurança, tanto militares como não-militares.

A ausência de uma visível ameaça imediata, e a necessidade de planear a médio e longo prazos, tendo em vista contingências remotas ou dificilmente identificáveis, faz com que as FADM tenham que adoptar um conceito flexível de edificação da sua capacidade de defesa, o que significa a adopção de uma perspectiva minimalista em relação aos recursos humanos e materiais activados. Não parece haver alternativa à adopção do sistema dicotómico de duas componentes: uma permanente e outra de reservistas. O sistema de reservistas é, até aqui, aquele que mais provou como via para assegurar a manutenção de um exército regular com efectividade de custos.

Contudo será aconselhável a adopção de alguma capacidade militar permanente em certas áreas-chave. Esta capacidade deverá constituir a base para a expansão das FADM num futuro mais ou menos distante, se porventura as circunstâncias mudarem e algumas das fragilidades tenderem a transformar-se em vulnerabilidades aproveitáveis para ameaçar os interesses estratégicos do país.

Moçambique está a tentar adaptar os seus efectivos militares a estas novas responsabilidades, e alargar o papel destes no quadro de um entendimento mais lato do conceito de segurança. Precisa de dar passos mais confiantes e visíveis nesta direcção.

É hoje cada vez mais consensual que, sendo a segurança um conceito com dois sentidos: nem simplesmente uma capacidade de defesa viável nem a capacidade de atacar ou contra-atacar outros Estados potenciais representantes de uma eventual ameaça a interesses estratégicos próprios esgotam as respostas à equação que ela representa. A segurança abrange hoje factores difusos, e é tanto pessoal como nacional – não se trata apenas de um conceito político ou militar; é, também, o afastar de todos os elementos que afectam ou ameaçam a nossa existência de uma maneira ou de outra.

Tudo o que se pode inferir é que o conceito de segurança, que tanto foi utilizado no passado recente para justificar a suspensão das liberdades civis, para fazer a guerra e consumir recursos públicos de forma maciça, permanece de uma total ambiguidade. Prevalecem, até

hoje, grandes diferenças de opinião relativamente àquilo que, normativamente, constitui segurança e àquilo que representa uma ameaça. Por causa disso, algumas vezes o conceito de segurança é popularmente interpretado como a ausência de ameaças (Edmonds 1974: 4).

Relativamente ao sistema internacional, podemos considerar a paz como um pré-requisito essencial da segurança. Em termos minimalistas, isto pode ser entendido como a ausência de violência; se quisermos ser mais ambiciosos, poderá envolver as condições de justiça e bem-estar que removam o incentivo à violência. Em qualquer dos casos, e mesmo em tempos de relativa tranquilidade, as condições da paz e segurança exigem, em termos políticos, que se olhe em frente para identificar ameaças potenciais.

Por tudo isso, a segurança tem pois a ver com o planeamento do futuro, com a decisão que mais nos garante, na base dos recursos existentes, que podemos enfrentar o previsto e o inesperado (Edmonds 1990: 116). Nesse sentido, a segurança tem a ver com a concessão de meios, ao indivíduo e à sociedade, para poder enfrentar o inesperado. Envolve considerações militares e não-militares e, consequentemente, não se confina ao reino militar.

É neste prisma de pensamento que a noção de ameaças à segurança deve ser alargada de forma a incluir temas como os direitos humanos, ambiente, economia, epidemias, crime e injustiça social (Baldwin 1997: 130, 134).

Hoje em dia, para poderem sobreviver, os Estados necessitam não só de segurança em relação a ataques do exterior, mas também de ar respirável, água potável, bem-estar económico, etc. Na medida em que isto é verdade, o conceito tradicional de segurança perdeu a sua relevância.

As estruturas de segurança estabelecidas em finais da década de 1940, que assentavam na crença tradicional de que a segurança era um negócio essencialmente competitivo – algo que os Estados ganhavam em prejuízo de outros – caíram em descrédito. O grande salto em frente, desde meados da década de 1980, consiste em que, ao contrário, a segurança passou a ser algo que os Estados podem e devem "partilhar".

Neste sentido, e tal como argumenta Hauss (1996: 5-6), as questões da crise global actual partilham seis características que as tornam distintas de tudo o que ocorreu anteriormente: a) transcendem as fronteiras nacionais; b) podem todas ter resultados devastadores; c) parece difícil, senão impossível, resolver uma delas sem as resolver todas; d) o mundo está a mudar de uma forma acelerada e sem precedentes; e) os problemas globais exigem mais que soluções tradicionais nas quais uma parte impõe a sua vontade à outra; f) pelo contrário, os problemas globais parecem exigir soluções cooperativas do tipo "vencedores-vencedores", vincando que ao analisar a crise global, cada questão da crise tem raízes em causas comuns.

Por tudo isso, a ênfase tem que ser posta no acordo e não na competição; na gestão de um ambiente de segurança comum e não na manutenção do equilíbrio de poderes (Mangold 1991: 30).

Hoje em dia, mesmo que aceitemos as premissas que levaram os políticos a fazer a guerra, existe uma boa razão para questionar a mentalidade que defende que a segurança pode ser conquistada militarmente. A guerra, ou a ameaça de guerra, não mais devem ser mecanismos a que os políticos acreditem ter que recorrer para garantir a segurança nacional. Lidar com a segurança exige, hoje em dia, lidar com a escassez ambiental, com os choques culturais e raciais, com a densidade geográfica, com a transformação da guerra.

Por isso, a segurança nacional é um conceito sem significado se nela não for incluída a preservação das condições de vida no país ou no planeta, pois, hoje, um número cada vez maior de países encontra a sua segurança condicionada por ameaças ambientais provindas de outros países. O que foi dito sustenta a assunção de que, nas actuais circunstâncias, a segurança genuína deve significar sempre segurança internacional, devido à interdependência (Hauss 1996: 48-49, 124).

As FADM são chamadas a adaptar-se e redefinir o seu papel para integrar as diversas facetas da segurança, a identificar oportunidades para uma maior utilização do seu potencial, contribuindo para a consolidação da paz, estabilidade e desenvolvimento.

Como reza a Constituição, este processo deve ser superiormente vigiado e controlado pela Assembleia Nacional eleita, uma vez que as forças armadas perderam o protagonismo que detinham no passado. Felizmente, a Assembleia já está a intervir e a definir as linhas gerais

de orientação para a defesa e segurança nacionais. Por exemplo, ela vetou a proposta de Lei de Defesa Nacional com base no argumento de que tal lei deveria ser precedida pela Lei da Política de Defesa e Segurança, como prescreve a Constituição.[36]

Na perspectiva apresentada, a geografia do país, por exemplo, dita em grande medida aquilo que deveria ser o âmago do nosso conceito de defesa. O país é enorme, as vias de comunicação entre o norte, centro e sul são inadequadas, e o acesso à maioria das zonas fronteiriças é muito mau. A extensa ZEE e a longa e vulnerável linha de costa precisam de atenção adequada. Estes factores exigem uma ênfase no patrulhamento e nas comunicações, no processo de edificação da defesa.

A soberania de Moçambique relativamente às suas fronteiras marítimas e terrestres deve ser tornada patente por meio de manifestações periódicas de presença. O patrulhamento aéreo constitui provavelmente a forma mais eficaz de cobertura de tais áreas, com a vantagem adicional de grande flexibilidade de cobertura das fronteiras terrestres e marítimas. Claro que isto poderá requerer o reforço da presença no mar e em terra, por meio de patrulhamento naval e da capacidade de colocar rapidamente tropas nas fronteiras, por meio aéreo ou transporte terrestre. Tais capacidades, independentemente do equipamento básico em que se apoiem, só poderão ser sustentáveis se for dada atenção ao apoio logístico a longo prazo. As infrastruturas afiguram-se igualmente importantes, uma vez que uma tão grande extensão só pode ser controlada através da colocação periódica de pequenas forças nos locais de operações, e não pela manutenção de forças em todos os locais.

Essa operação geograficamente tão dispersa também exigirá um investimento adequado em comunicações fiáveis e robustas e, ao mesmo tempo, simples e baratas. A recolha e sintetização de informações de apoio ao comando e controle também deverá merecer

---

[36]As duas leis acabaram por ser propostas pelo Governo, através do Ministério da Defesa, e não pela Assembleia, como deveriam ter sido. Contudo, constitui já um avanço substancial o facto de tais assuntos não terem sido tratados por um único partido no poder, como aconteceu no passado.

elevada prioridade para que este conceito de patrulhamento possa ser eficaz.

Para sublinhar a soberania nacional, e como precaução em caso de desordem civil ou desastres naturais, parece sensível espalhar as forças terrestres das FADM pelos pontos nevrálgicos do país, com concentrações em locais adjacentes às grandes cidades (Maputo, Beira, Nampula) e em pontos nodais que possam ser usados para o avanço para as zonas fronteiriças, se tal se afigurar necessário. Tais pontos nodais podem ser simplesmente bases temporárias.

Com excepção de uma força de reacção rápida, com treino mais elevado e deslocável por meios aéreos e em prazos relativamente curtos, o grosso das forças terrestres pode ser constituído por infantaria com níveis baixos de prontidão. Como foi algures referido, as vantagens do sistema de carreiras e de reservistas nas unidades deverá ser explorada, dado que constitui uma forma económica de manter uma estrutura armada em épocas de baixas ameaças, podendo ser desenvolvida e activada se surgir uma ameaça que o justifique.

Para além da infantaria, as más infrastruturas da nação e da FADM, assim como a escassez de recursos de construção civil sugerem que deveria ser criada e mantida uma capacidade de engenharia militar para manter as infrastruturas das FADM, complementar os recursos civis e apoiar em situações de calamidade.

Em tudo, o importante é assegurar que as FADM estejam em linha com a nova atitude, que implica o envolvimento dos militares não só em situações de conflito mas, também, nas fases de prevenção, de reabilitação e reconstrução. Moçambique tem sido vítima de vários desastres naturais que põem vidas humanas em perigo e afectam as actividades sócio-económicas.

Não nos devemos esquecer que a degradação e privação da população, em resultado de causas humanas ou naturais, contém sempre o germe de conflitos subsequentes. Além disso, o envolvimento das FADM nessas operações serve para combater o espírito e a imagem de inutilidade das forças armadas.

Se aceitarmos esses papéis defensivos, teremos que detalhar as tarefas que decorrem deles. Tais tarefas incluem aspectos militares e humanitários, nomeadamente o patrulhamento de todas as fronteiras terrestres, apoiado por uma força reactiva altamente móvel; o

patrulhamento das costas, incluindo a ZEE, apoiado por uma presença naval sempre que necessário; o apoio militar à manutenção civil da lei e ordem, sempre que a situação o justifique; o apoio regional e os princípios humanitários; o apoio às autoridades civis e população em caso de desastres naturais; e a participação em todos os tipos de missões de apoio à paz e humanitárias, sob os auspícios da SADC, da União Africana e da Organização das Nações Unidas.

Obviamente, que o cumprimento das tarefas acima indicadas, a concepção da forma como elas deverão ser levadas a cabo e a incorporação do equipamento e armamento considerados essenciais, constituem o real desafio para uma revisão estratégica da defesa do País.

Conseguir um re-equipamento das FADM nas actuais circunstâncias económicas será extremamente difícil. Porém, se o país tiver capacidade para patrulhar a sua ZEE, será possível estabelecer um regime genuíno de protecção pesqueira, o que permitirá ao Governo elevar as receitas do licenciamento de navios pesqueiros. Em alguma medida, então, tais forças ajudarão a gerar receitas nacionais.

Finalmente, Moçambique faz parte de uma região onde a edificação de uma comunidade de segurança viável se apresenta morosa e difícil. É evidente que as relações formais entre os Estados são, e continuarão a ser por algum tempo, dominadas por negociações bilaterais e acordos *ad hoc*. O país precisa de desenvolver o seu mecanismo de participação na procura comum da paz e da estabilidade regionais; precisa, enfim, de repensar as FADM no novo quadro.

3. Conclusões

Na sua curta história, as forças armadas moçambicanas sofreram pelo menos duas transformações profundas. Surgidas em Setembro de 1964 com a missão de libertar o país do jugo colonial, elas desenvolveram-se como exército popular baseado na adesão voluntária e numa relação muito íntima com a Frelimo, a Frente de Libertação de Moçambique.

A conquista da independência significou aquilo que foi talvez o seu primeiro desafio sério. Ao contrário da maioria dos países africanos,

onde as respectivas independências foram negociadas com os antigos ocupantes coloniais e os novos exércitos nacionais foram edificados, em grande medida, à imagem dos exércitos desses ocupantes, em Moçambique a independência foi conquistada por meio de uma luta armada e, excluídos alguns quartéis, infrastruturas e equipamento, nada foi herdado do exército colonial.

A criação das novas forças armadas, a partir de 1975, baseou-se em duas dinâmicas contraditórias. Por um lado, tentou-se que elas mantivessem as suas características populares – como o comprovam as directivas do Presidente Samora Machel para que o exército fosse mantido sob a esfera da Frelimo e não do Estado, ou a estratégia do Departamento de Defesa de criar o novo exército com base apenas na força de guerrilha que havia libertado o país – as FPLM.

Por outro lado, contudo, o receio do regime de que o país sofresse ataques convencionais a partir de vizinhos hostis, levou os dirigentes a procurar apoios externos para estabelecer uma força de um novo tipo, algo que eles não tinham experiência nem meios para levar a cabo. A União Soviética surgiu como o único país disponível para servir de alicerce para a prestação de tal serviço; esta ligação, embora longe de constituir o único, veio a ser um importante factor por detrás da postura mais rígida do regime no contexto do alinhamento da Guerra Fria dessa época.

As forças armadas que surgiram do processo pós-independência – as FAM/FPLM – com as suas características definitivas já patentes em 1980, eram fundamentalmente diferentes daquelas que haviam libertado o país. Em particular, perderam gradualmente as suas características populares à medida que o serviço militar obrigatório foi adoptado e que a sua missão perdeu a clareza que antes tinha.

Consolidadas como força convencional por volta da década de oitenta, as FAM/FPLM acabariam revelando grandes dificuldades em enfrentar tanto a agressão externa como a subversão interna. Cresceram imensamente em tamanho, consumiram uma fatia cada vez maior dos limitados recursos do Estado e experimentaram grandes dificuldades logísticas e de formação. No final, o preço de lutarem aquela guerra era uma clara degenerescência nas relações civis-militares, numa situação que rapidamente tornava difusa a própria explicação da essência do conflito.

O Acordo de Geral de Paz de 1992 introduziu o segundo grande corte na história das forças armadas. Ao contrário da transição anterior, em que a resolução do conflito se havia baseado na exclusão dos moçambicanos que haviam lutado nas fileiras do exército colonial, desta vez a solução baseou-se na inclusão dos contendores de ambos os lados numa nova e única estrutura militar.

Tal integração foi difícil, sobretudo devido a uma compreensível falta de confiança inicial entre as partes. Além disso, a criação e consolidação das FADM não foi considerada prioritária quer por uma sociedade moçambicana cansada de anos de guerra, quer pelos actores externos do processo de transição para a paz. O esforço feito recaiu numa dinâmica de paz negativa ou, noutras palavras, foi feito apenas o necessário para impedir o regresso à confrontação.

Apesar destes problemas, as forças armadas, ao incluir contingentes das duas partes beligerantes, não só representaram uma solução sem vencidos como se tornaram num campo privilegiado da reconciliação nacional, e a medida da sua estabilidade é, sem dúvida, um bom indicador daquilo que está a ser conseguido e consolidado em termos de construção da paz.

Uma resultante do que podem ser os dividendos da paz é que as FADM não constituem hoje os maiores consumidores do PIB, tendo perdido centralidade a favor dos sectores sociais e económicos. Não obstante, elas enfrentam o desafio de aprender a utilizar os escassos recursos postos à sua disposição de uma forma efectiva e eficiente, para desempenhar papéis e funções que lhe devolvam as tradições patrióticas da Luta Armada de Libertação Nacional, tradições essas que foram erodidas pelo enorme esforço militar de defesa e consolidação da independência nacional.

Tal poderá ser conseguido através da edificação de capacidades para jogar o seu papel doméstico e externo de providenciar segurança na sua asserção mais lata, incluindo a componente individual e humana. Por fim, elas devem adoptar e consolidar novas posturas de diálogo com a sociedade, através dos órgãos democraticamente estabelecidos. Por outro lado, está nas mãos dos órgãos democraticamente estabelecidos dar em troca o necessário acolhimento às forças armadas, fornecendo-lhes a necessária e

efectiva liderança política para que elas se sintam parte integrante da consolidação do Estado.

4. Bibliografia

a) Livros e Artigos

Baldwin, David A., 1997: "The Concept of Security", in *Review of International Studies,* Vol.23, No.1 (Janeiro).

Berman, Eric, 1996: "Managing arms in peace processes: Mozambique". United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR): Disarmament and Conflict Resolution Project (draft).

Borges Coelho, J.P., 1993: "Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War". Bradford: Universidade de Bradford, Departmento de Estudos Económicos e Sociais (Tese de Doutoramento).

Cement, James, 1997: *Conflict and Crisis in the Post-Cold War World. Angola and Mozambique: Postcolonial Wars in Southern Africa.* New York: Facts on File Inc.

Cilliers, Jakkie, 1996: "The SADC Organ for Defence Politics and Security", in *IDP Papers*, no. 7 (Outubro).

Edmonds, Martin, 1974: "The Horizons of War: Problems of Projection", in Roger A. Beaumont and M. Edmonds (eds), *War in the next Decade,* Kentucky: The University Press.

Edmonds, Martin, 1990: *Armed Services and Society,* Boulder: Westview Press.

Galtung, Johan, 1996: *Peace by Peaceful Means.* Oslo: Sage Publications Prio.

Geffray, Christian: 1991, *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*, Porto: Afrontamento.

Hauss, Charles, 1996: *Beyond Confrontation: Transforming the New World Order,* Westport: Praeger.

Macaringue, Paulino, 1997: "Para a história do surgimento dos exércitos nos actuais Estados africanos. Estudo de caso: A edificação das FAM-FPLM (1962-1977)". Maputo: UEM/Faculdade de Letras (Dissertação de Licenciatura em História).

Macaringue, Paulino, 1998: "Mozambican Defence in the Post-War Era". Lancaster: Universidade de Lancaster (Dissertação de Mestrado em Análise da Defesa e Segurança).

Malan, Mark, 1998: "SADC and Subregional Security", *ISS Monograph Series*, no. 19 (Fevereiro).

Mangold, Peter, 1991: "Security: New Ideas, Old Ambiguities", in *The World Today,* Vol.47 (Janeiro/Dezembro).

Martin, David, and Phyllis Johnson (eds): 1986, *Destructive Engagement – South Africa at War*, Harare: Zimbabwe Publishing House.

Minter, William, 1994: *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*. Johannesburg, Londres e New Jersey: Witwatersrand University Press, Zed Books.

Mondlane, Eduardo, 1977: *Lutar por Moçambique*, Lisboa: Sá da Costa.

SADC, 1992: *Declaration by the Heads of State or Government of the Southern African States: Towards the Southern African Development Community,* Declaração, Tratado e Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, Windhoek, 17 de Agosto.

Vines, Alex, 1993: "Change and the Military in Mozambique", artigo não publicado para a Conferência *Change and the Military in Africa*, Alconbury: US DIC, 6-7 de Maio.

Young, Eric, 1996: "Reconsidering the war in Mozambique: A socio-political portrait of the FPLM/FAM in its conduct of war" (draft).

b) Periódicos

Domingo, Maputo.
Notícias, Maputo.